

**Demonstrações
Contábeis**



Exercício/2023



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis	3
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	12
1 – O Banco e suas operações.....	12
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	13
3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	19
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	27
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias.....	30
6 – Informações por segmento.....	32
7 – Caixa e equivalentes de caixa	36
8 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	37
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	38
10 – Títulos e valores mobiliários	39
11 – Instrumentos financeiros derivativos	45
12 – Carteira de crédito.....	52
13 – Outros ativos	61
14 – Investimentos	63
15 – Imobilizado de uso	68
16 – Intangível	69
17 – Recursos de clientes	71
18 – Recursos de instituições financeiras.....	73
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75
20 – Outros passivos	78
21 – Provisões e passivos contingentes	80
22 – Tributos	85
23 – Patrimônio líquido.....	88
24 – Receitas de prestação de serviços	95
25 – Despesas de pessoal.....	96
26 – Outras despesas administrativas	97
27 – Outras receitas e outras despesas	98
28 – Partes relacionadas	99
29 – Benefícios a empregados	104
30 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	115
31 – Resultado recorrente e não recorrente	126
32 – Outras informações.....	127
33 – Eventos subsequentes	130
Relatório dos Auditores Independentes	131
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	137
Manifestação do Conselho de Administração	139
Parecer do Conselho Fiscal	140
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	141
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	142
Membros da Administração	143



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Disponibilidades	7	14.022.703	12.808.085	17.327.745	18.310.546
Ativos financeiros		2.098.663.459	1.949.759.015	2.072.861.380	1.925.433.427
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	101.805.900	95.119.085	101.805.900	95.119.085
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	484.532.603	478.461.195	432.160.990	415.873.438
Títulos e valores mobiliários	10	450.775.401	403.227.004	466.994.273	428.447.097
Instrumentos financeiros derivativos	11	1.974.580	1.622.016	1.973.686	1.638.069
Carteira de crédito	12	964.925.057	877.064.044	975.349.358	891.283.323
Outros ativos financeiros	13	94.649.918	94.265.671	94.577.173	93.072.415
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(59.227.890)	(53.602.150)	(59.672.969)	(54.048.463)
Carteira de crédito	12	(55.806.103)	(50.513.636)	(55.927.619)	(50.697.155)
Outros ativos financeiros	13	(3.421.787)	(3.088.514)	(3.745.350)	(3.351.308)
Ativos fiscais		67.916.922	64.763.208	70.325.066	66.817.520
Correntes		10.653.911	11.030.120	11.310.927	11.523.496
Diferidos (créditos tributários)	22	57.263.011	53.733.088	59.014.139	55.294.024
Investimentos		37.044.909	36.042.811	21.081.796	18.794.272
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	37.077.565	36.075.468	21.093.695	18.800.024
Outros investimentos		2.103	2.137	2.656	2.809
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.759)	(34.794)	(14.555)	(8.561)
Imobilizado de uso	15	9.870.462	8.534.699	10.072.293	8.825.918
Imobilizações de uso		23.409.291	21.157.959	23.814.084	21.689.521
Depreciação acumulada		(13.525.707)	(12.616.767)	(13.718.368)	(12.854.672)
Perdas por redução ao valor recuperável		(13.122)	(6.493)	(23.423)	(8.931)
Intangível	16	10.762.606	10.976.590	10.800.779	11.090.645
Ativos intangíveis		18.897.719	17.127.888	19.414.590	17.711.288
Amortização acumulada		(7.765.810)	(5.645.614)	(8.214.617)	(6.085.068)
Perdas por redução ao valor recuperável		(369.303)	(505.684)	(399.194)	(535.575)
Outros ativos não financeiros	13	29.000.463	33.684.686	29.683.893	34.174.900
Total do ativo		2.208.053.634	2.062.966.944	2.172.479.983	2.029.398.765
Passivo					
Passivos financeiros		1.969.191.687	1.836.793.158	1.911.665.321	1.782.027.044
Recursos de clientes	17	787.539.469	722.515.822	811.943.803	753.263.047
Recursos de instituições financeiras	18	732.656.495	736.890.036	651.190.724	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	281.287.311	228.431.519	284.156.307	229.745.964
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.507.258	3.512.533	2.509.742	3.045.463
Outros passivos financeiros	20	165.201.154	145.443.248	161.864.745	143.049.849
Provisões	21	25.869.509	24.868.631	26.748.479	25.717.886
Cíveis, fiscais e trabalhistas		18.471.031	18.131.863	18.725.677	18.372.705
Outras provisões		7.398.478	6.736.768	8.022.802	7.345.181
Passivos fiscais		14.821.119	17.012.929	19.028.667	20.972.583
Correntes		3.768.292	3.613.093	7.719.945	7.422.707
Diferidos	22	11.052.827	13.399.836	11.308.722	13.549.876
Outros passivos não financeiros	20	34.533.093	30.452.907	41.961.430	36.652.409
Total do passivo		2.044.415.408	1.909.127.625	1.999.403.897	1.865.369.922
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	90.000.023	120.000.000	90.000.023
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	6.100.000	7.100.000
Reservas de capital	23.d	1.406.118	1.402.523	1.407.902	1.404.253
Reservas de lucros	23.d	61.526.683	70.510.416	61.154.159	70.142.173
Outros resultados abrangentes	23.h	(19.028.104)	(8.224.561)	(19.028.104)	(8.224.561)
Ações em tesouraria	23.l	(266.471)	(270.840)	(268.255)	(272.570)
Lucros ou prejuízos acumulados		--	421.758	--	421.758
Participação dos não controladores	23.i	--	--	3.710.384	3.457.767
Total do patrimônio líquido	23	163.638.226	153.839.319	173.076.086	164.028.843
Total do passivo e patrimônio líquido		2.208.053.634	2.062.966.944	2.172.479.983	2.029.398.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo			Consolidado		
		2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas da intermediação financeira		133.944.383	253.231.536	229.637.958	143.984.246	269.225.339	241.270.905
Resultado da carteira de crédito	12.b	70.887.079	135.086.579	113.495.227	72.786.561	138.067.607	121.010.459
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	32.233.541	63.559.919	67.413.001	32.128.373	62.134.272	63.996.985
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	25.850.761	46.690.591	41.918.846	32.612.168	59.527.691	48.904.327
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	(485.527)	(949.299)	(883.493)	(478.811)	(1.119.424)	(582.711)
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	3.678.225	7.393.870	6.343.128	3.678.225	7.393.870	6.343.128
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	1.780.304	1.449.876	1.351.249	3.257.730	3.221.323	1.598.717
Despesas da intermediação financeira		(87.256.550)	(167.356.632)	(155.955.733)	(90.004.904)	(170.867.643)	(159.851.103)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(46.393.305)	(86.977.665)	(88.552.824)	(42.123.677)	(78.323.505)	(86.705.228)
Recursos de clientes	17.c	(27.096.911)	(54.616.725)	(48.456.304)	(33.827.530)	(66.276.448)	(54.176.471)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(12.966.259)	(24.311.435)	(17.765.070)	(13.341.466)	(25.025.236)	(18.039.809)
Outras despesas de captação	20.c	(800.075)	(1.450.807)	(1.181.535)	(712.231)	(1.242.454)	(929.595)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(19.757.175)	(32.438.865)	(23.628.024)	(19.866.409)	(32.650.872)	(23.750.653)
Carteira de crédito	12.f	(19.502.278)	(32.077.616)	(23.479.272)	(19.576.722)	(32.220.511)	(23.546.750)
Outros ativos financeiros	13.c	(254.897)	(361.249)	(148.752)	(289.687)	(430.361)	(203.903)
Resultado da intermediação financeira		26.930.658	53.436.039	50.054.201	34.112.933	65.706.824	57.669.149
Outras receitas/despesas operacionais		(2.036.935)	(4.560.065)	(2.416.107)	(4.153.893)	(7.624.248)	(3.081.433)
Receitas de prestação de serviços	24	10.706.815	21.065.636	20.536.829	17.413.569	33.831.198	32.333.173
Despesas de pessoal	25	(10.593.430)	(20.891.299)	(19.718.806)	(11.728.696)	(23.137.883)	(21.570.030)
Outras despesas administrativas	26	(7.725.757)	(15.082.360)	(13.157.885)	(7.729.876)	(14.862.640)	(12.966.030)
Despesas tributárias	22.c	(2.996.508)	(5.669.974)	(4.881.228)	(4.608.558)	(8.604.576)	(7.062.814)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	9.409.937	16.886.198	12.996.153	3.837.536	7.324.885	5.722.892
Outras receitas/despesas	27	(837.992)	(868.266)	1.808.830	(1.337.868)	(2.175.232)	461.376
Provisões	21.d	(5.750.943)	(9.344.747)	(8.083.267)	(5.777.726)	(9.445.509)	(8.160.628)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(4.620.963)	(8.273.836)	(8.002.563)	(4.650.145)	(8.376.741)	(8.079.724)
Outras		(1.129.980)	(1.070.911)	(80.704)	(1.127.581)	(1.068.768)	(80.904)
Resultado operacional		19.142.780	39.531.227	39.554.827	24.181.314	48.637.067	46.427.088
Resultado não operacional		(38.713)	(8.031)	128.370	95.438	253.527	719.202
Resultado antes dos tributos e participações		19.104.067	39.523.196	39.683.197	24.276.752	48.890.594	47.146.290
Imposto de renda e contribuição Social	22.a	266.386	(1.594.568)	(4.829.905)	(2.689.730)	(6.955.757)	(9.382.630)
Participação de empregados e administradores no lucro		(2.199.958)	(4.313.776)	(3.955.667)	(2.206.644)	(4.328.027)	(3.968.528)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	--	(2.122.296)	(3.787.859)	(2.682.890)
Lucro líquido		17.170.495	33.614.852	30.897.625	17.258.082	33.818.951	31.112.242
Lucro líquido atribuível aos acionistas							
Controladores		17.170.495	33.614.852	30.897.625	17.258.082	33.818.951	31.112.242
Não controladores		--	--	--	2.122.296	3.787.859	2.682.890
Lucro por ação	23.e						
Número médio ponderado de ações - básico		2.854.196.131	2.853.992.740	2.853.771.411			
Número médio ponderado de ações - diluído		2.853.776.040	2.853.732.099	2.853.548.964			
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		6,02	11,78	10,83			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	17.170.495	33.614.852	30.897.625	17.258.082	33.818.951	31.112.242
Participação dos acionistas não controladores	--	--	--	2.122.296	3.787.859	2.682.890
Lucro líquido atribuível aos acionistas	17.170.495	33.614.852	30.897.625	19.380.378	37.606.810	33.795.132
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Ativos financeiros disponíveis para venda	(342.220)	597.995	(548.561)	(228.963)	762.827	(617.090)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(539.501)	(160.849)	168.548	(276.693)	367.244	60.910
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	(532.563)	283.234	740.850	(692.305)	(53.648)	820.483
Efeito tributário	729.844	475.610	(1.457.959)	740.035	449.231	(1.498.483)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(273.621)	(52.075)	(128.361)	(624.280)	(319.571)	(21.753)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	261.790	535.629	(145.831)	234.445	494.220	(103.356)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	41.943	(148.424)	(246.260)	41.943	(148.424)	(246.260)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(536.509)	(344.577)	126.546	(807.140)	(508.846)	160.789
Efeito tributário	(40.845)	(94.703)	137.184	(93.528)	(156.521)	167.074
Hedge de Investimento no Exterior	(2.972)	35.093	9.322	(2.972)	35.093	9.322
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento no exterior	(5.667)	66.916	17.776	(5.667)	66.916	17.776
Efeito tributário	2.695	(31.823)	(8.454)	2.695	(31.823)	(8.454)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(3.836.127)	(5.436.633)	(1.803.477)	(4.761.786)	(6.731.663)	(2.227.180)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado						
Planos de benefício definido	280.236	(5.947.923)	2.852.995	280.236	(5.947.923)	2.852.995
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	630.529	(11.212.661)	5.405.209	630.529	(11.212.661)	5.405.209
Efeito tributário	(350.293)	5.264.738	(2.552.214)	(350.293)	5.264.738	(2.552.214)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(4.174.704)	(10.803.543)	381.918	(5.337.765)	(12.201.237)	(3.706)
Resultado abrangente do período	12.995.791	22.811.309	31.279.543	14.042.613	25.405.573	33.791.426
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	12.995.791	22.811.309	31.279.543	12.977.015	23.015.407	31.494.160
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	--	1.065.598	2.390.166	2.297.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2021		90.000.023	1.399.561	10.237.793	41.273.377	(8.409.559)	(275.297)	--	134.225.898
Transição do CPC 50		--	--	--	--	(196.920)	--	321.003	124.083
Saldos em 01/01/2022		90.000.023	1.399.561	10.237.793	41.273.377	(8.606.479)	(275.297)	321.003	134.349.981
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(666.427)	--	--	(666.427)
Ajuste de avaliação patrimonial – plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	2.852.995	--	--	2.852.995
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(1.803.477)	--	--	(1.803.477)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(135.303)	--	--	(135.303)
Ajuste de avaliação patrimonial – Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	954	--	--	954
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	9.322	--	--	9.322
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	67.557	--	--	67.557
Transações com pagamento baseado em ações		--	2.962	--	--	--	4.457	--	7.419
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	56.297	--	--	56.297
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	9.964	9.964
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	30.897.625	30.897.625
Destinações: – Reservas	23.d	--	--	1.539.843	26.385.851	--	--	(27.925.694)	--
– Dividendos	23.f	--	--	--	(928.994)	--	--	(1.243.252)	(2.172.246)
– Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(7.997.454)	--	--	(1.637.888)	(9.635.342)
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	1.402.523	11.777.636	58.732.780	(8.224.561)	(270.840)	421.758	153.839.319
Mutações do período		--	2.962	1.539.843	17.459.403	381.918	4.457	100.755	19.489.338
Saldos em 30/06/2023		120.000.000	1.406.118	12.599.854	38.314.183	(14.853.400)	(266.471)	--	157.200.284
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(102.401)	--	--	(102.401)
Ajuste de avaliação patrimonial – Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	280.236	--	--	280.236
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(3.836.127)	--	--	(3.836.127)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	23.069	--	--	23.069
Ajuste de avaliação patrimonial – Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	487	--	--	487
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	(2.972)	--	--	(2.972)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(344.840)	--	--	(344.840)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	(192.156)	--	--	(192.156)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	3.465	3.465
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	17.170.495	17.170.495
Destinações: – Reservas	23.d	--	--	858.525	14.817.266	--	--	(15.675.791)	--
– Dividendos	23.f	--	--	--	(291.053)	--	--	(630.167)	(921.220)
– Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(4.772.092)	--	--	(868.002)	(5.640.094)
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	1.406.118	13.458.379	48.068.304	(19.028.104)	(266.471)	--	163.638.226
Mutações do período		--	--	858.525	9.754.121	(4.174.704)	--	--	6.437.942



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	1.402.523	11.777.636	58.732.780	(8.095.198)	(270.840)	--	153.546.924
Adoção do CPC 50		--	--	--	--	(129.363)	--	421.758	292.395
Saldos em 01/01/2023		90.000.023	1.402.523	11.777.636	58.732.780	(8.224.561)	(270.840)	421.758	153.839.319
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.b	29.999.977	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	970.401	--	--	970.401
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(5.947.923)	--	--	(5.947.923)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(5.436.633)	--	--	(5.436.633)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(81.633)	--	--	(81.633)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	35.093	--	--	35.093
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	487	--	--	487
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(345.660)	--	--	(345.660)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	2.325	--	--	2.325
Transações com pagamento baseado em ações		--	3.595	--	--	--	4.369	--	7.964
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	8.887	8.887
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	33.614.852	33.614.852
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	1.680.743	29.522.112	--	--	(31.202.855)	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	(642.090)	--	--	(1.040.316)	(1.682.406)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(9.544.521)	--	--	(1.802.326)	(11.346.847)
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	1.406.118	13.458.379	48.068.304	(19.028.104)	(266.471)	--	163.638.226
Mutações do período		29.999.977	3.595	1.680.743	(10.664.476)	(10.803.543)	4.369	(421.758)	9.798.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva Legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	10.237.793	40.942.497	(8.409.559)	(276.913)	--	2.862.168	144.857.186
Transição do CPC 50		--	--	--	--	--	(196.920)	--	321.003	62.902	186.985
Saldos em 01/01/2022		90.000.023	8.100.000	1.401.177	10.237.793	40.942.497	(8.606.479)	(276.913)	321.003	2.925.070	145.044.171
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(666.427)	--	--	3.836	(662.591)
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	2.852.995	--	--	--	2.852.995
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(1.803.477)	--	--	(423.703)	(2.227.180)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(135.303)	--	--	--	(135.303)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	9.322	--	--	--	9.322
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	954	--	--	--	954
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	56.297	--	--	--	56.297
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	--	67.557	--	--	34.243	101.800
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	3.076	--	--	--	4.343	--	350	7.769
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	9.964	27	9.991
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	166.884	166.884
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	31.112.242	2.682.890	33.795.132
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(251.980)	--	(251.980)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(37.363)	--	--	37.363	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	1.539.843	26.385.851	--	--	(27.925.694)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(928.994)	--	--	(1.243.252)	(1.931.830)	(4.104.076)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(7.997.454)	--	--	(1.637.888)	--	(9.635.342)
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	11.777.636	58.364.537	(8.224.561)	(272.570)	421.758	3.457.767	164.028.843
Mutações do período		--	(1.000.000)	3.076	1.539.843	17.422.040	381.918	4.343	100.755	532.697	18.984.672
Saldos em 30/06/2023		120.000.000	7.100.000	1.407.902	12.599.854	37.941.923	(14.853.400)	(268.255)	--	3.752.223	167.680.247
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(102.401)	--	--	33.229	(69.172)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	280.236	--	--	--	280.236
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(3.836.127)	--	--	(925.658)	(4.761.785)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	23.069	--	--	--	23.069
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	487	--	--	--	487
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(2.972)	--	--	--	(2.972)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(344.840)	--	--	(168.055)	(512.895)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	--	(192.156)	--	--	(102.577)	(294.733)
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	3.465	--	3.465
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(227.082)	(227.082)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	17.258.082	2.122.296	19.380.378
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(87.851)	--	(87.851)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(264)	--	--	264	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	858.525	14.817.266	--	--	(15.675.791)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(291.053)	--	--	(630.167)	(773.992)	(1.695.212)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.772.092)	--	--	(868.002)	--	(5.640.094)
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	6.100.000	1.407.902	13.458.379	47.695.780	(19.028.104)	(268.255)	--	3.710.384	173.076.086
Mutações do período		--	(1.000.000)	--	858.525	9.753.857	(4.174.704)	--	--	(41.839)	5.395.839



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva Legal	Reservas estatutárias					
Saldo em 31/12/2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	11.777.636	58.364.537	(8.095.198)	(272.570)	--	3.309.533	163.588.214
Adoção do CPC 50		--	--	--	--	--	(129.363)	--	421.758	148.234	440.629
Saldo em 01/01/2023		90.000.023	7.100.000	1.404.253	11.777.636	58.364.537	(8.224.561)	(272.570)	421.758	3.457.767	164.028.843
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.b	29.999.977	--	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	970.401	--	--	61.605	1.032.006
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(5.947.923)	--	--	--	(5.947.923)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(5.436.633)	--	--	(1.295.029)	(6.731.662)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(81.633)	--	--	--	(81.633)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	35.093	--	--	--	35.093
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	487	--	--	--	487
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(345.660)	--	--	(168.055)	(513.715)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	--	2.325	--	--	3.785	6.110
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	3.649	--	--	--	4.315	--	--	7.964
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	8.887	--	8.887
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(230.370)	(230.370)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	33.818.951	3.787.859	37.606.810
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(208.380)	--	(208.380)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(4.281)	--	--	4.281	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	1.680.743	29.522.112	--	--	(31.202.855)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	(642.090)	--	--	(1.040.316)	(1.907.178)	(3.589.584)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(9.544.521)	--	--	(1.802.326)	--	(11.346.847)
Saldo em 31/12/2023		120.000.000	6.100.000	1.407.902	13.458.379	47.695.780	(19.028.104)	(268.255)	--	3.710.384	173.076.086
Mutações do período		29.999.977	(1.000.000)	3.649	1.680.743	(10.668.757)	(10.803.543)	4.315	(421.758)	252.617	9.047.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo			Consolidado		
		2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações							
Lucro Líquido		17.170.495	33.614.852	30.897.625	17.258.082	33.818.951	31.112.242
Ajustes ao lucro líquido		17.447.270	27.613.506	20.813.757	25.535.728	44.010.869	35.044.500
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	19.757.175	32.438.865	23.628.024	19.866.409	32.650.872	23.750.653
Depreciações e amortizações		1.995.128	3.928.666	2.768.743	2.031.339	3.996.159	2.833.098
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		288.012	(4.298.400)	(4.339.334)	(11.598.721)	(18.437.808)	(7.531.013)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(129.752)	(129.752)	(515.743)	(121.886)	(121.886)	(515.657)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(9.409.937)	(16.886.198)	(12.996.153)	(3.837.536)	(7.324.885)	(5.722.892)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		9.258	(14.025)	2.816	2.279	(22.277)	(352.846)
(Ganho) Perda de capital		43.412	37.047	(118.268)	(80.909)	(211.527)	(375.428)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21.d	5.750.943	9.344.747	8.083.267	5.777.726	9.445.509	8.160.628
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(809.245)	(2.477.943)	(2.762.476)	(809.245)	(2.477.943)	(2.762.476)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(442.215)	3.382.234	2.228.507	9.909.871	15.866.370	5.501.147
Resultado dos não controladores		--	--	--	2.122.296	3.787.859	2.682.890
Imposto de Renda e Contribuição Social		(266.386)	1.594.568	4.829.905	2.689.730	6.955.757	9.382.630
Outros ajustes		660.877	693.697	4.469	(415.625)	(95.331)	(6.234)
Lucro líquido ajustado		34.617.765	61.228.358	51.711.382	42.793.810	77.829.820	66.156.742
Variações Patrimoniais		(15.805.747)	(56.216.753)	4.993.039	(26.200.661)	(64.515.901)	(1.462.069)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(4.670.673)	(6.686.815)	(19.615.050)	(4.670.673)	(6.686.815)	(19.615.050)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.682.096	(16.999.532)	140.180.740	(4.695.617)	(29.131.217)	122.236.787
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(366.628)	(3.441.865)	2.636.436	(420.361)	(1.714.869)	(5.180.650)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		125.676	(1.322.746)	(107.904)	302.032	(836.245)	947.826
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(71.333.326)	(117.807.164)	(125.276.401)	(68.895.774)	(116.351.316)	(121.540.784)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		5.444.320	(843.461)	9.170.638	8.756.534	(110.127)	10.635.395
(Aumento) Redução em outros ativos		55.236	5.121.408	(5.227.460)	(1.712.115)	5.704.558	(7.235.668)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(80.585)	(1.160.464)	(2.250.162)	(720.974)	(5.519.660)	(5.836.491)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		54.003.856	67.916.195	78.339.173	44.665.953	61.573.304	85.433.407
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		(4.781.539)	27.300	(69.564.451)	(10.375.251)	4.549.720	(62.251.887)
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		24.298.962	72.032.840	42.978.287	19.333.162	65.910.777	42.723.694
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(12.004.623)	(38.011.482)	(32.589.790)	1.416.149	(27.292.103)	(28.573.672)
(Redução) Aumento em outros passivos		(9.178.519)	(15.040.967)	(13.681.017)	(9.183.726)	(14.611.908)	(13.204.976)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		18.812.018	5.011.605	56.704.421	16.593.149	13.313.919	64.694.673
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento							
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(106.857.342)	(164.727.348)	(199.253.359)	(110.656.739)	(184.899.066)	(232.613.868)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		88.746.592	179.757.385	185.782.227	108.981.864	211.956.434	218.723.358
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.433.648)	(2.319.744)	(2.576.151)	(5.494.002)	(6.555.228)	(5.260.419)
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		463.009	831.589	2.763.317	463.009	831.589	2.763.317
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		4.248.358	10.933.271	7.268.853	2.640.281	5.251.011	4.216.912
Aquisição de imobilizado de uso		(1.428.287)	(2.919.201)	(1.697.590)	(1.418.054)	(2.896.171)	(1.737.371)
Alienação de imobilizado de uso		939	1.074	903	2.188	3.350	3.272
Alienação de investimentos		--	--	--	--	--	555
Aquisição de intangíveis		(903.995)	(1.999.433)	(4.809.042)	(906.766)	(2.006.594)	(4.855.443)
Aporte de capital na Broto S.A.		--	(31.200)	--	--	(31.200)	--
Resgate de ações da Cateno		--	--	--	115.720	115.720	231.440
Alienação de participação no Banco Dígito S.A. (Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		(144.120)	(196.991)	17.711	--	--	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(17.308.494)	19.329.402	(12.503.131)	(6.272.499)	21.769.845	(17.883.187)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento							
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		--	(6.927.646)	(12.233.871)	--	(6.916.721)	(12.230.035)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(3.085.403)	(10.788.110)	(1.575.744)	(3.085.403)	(10.768.814)	(1.573.266)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	--	(1.127.569)	(2.401.800)	(1.365.135)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.458.355)	(12.956.523)	(11.810.305)	(6.458.355)	(12.956.523)	(11.810.305)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.543.758)	(30.672.279)	(25.619.920)	(10.671.327)	(33.043.858)	(26.978.741)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(8.040.234)	(6.331.272)	18.581.370	(350.677)	2.039.906	19.832.745
Início do período		65.775.717	67.891.204	51.538.341	65.260.363	68.826.279	54.494.681
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		442.215	(3.382.234)	(2.228.507)	(9.909.871)	(15.866.370)	(5.501.147)
Fim do período		58.177.698	58.177.698	67.891.204	54.999.815	54.999.815	68.826.279
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(8.040.234)	(6.331.272)	18.581.370	(350.677)	2.039.906	19.832.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo			Consolidado		
		2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas		119.648.611	234.881.496	222.318.376	135.917.887	262.311.277	244.819.772
Receitas da intermediação financeira		133.944.383	253.231.536	229.637.958	143.984.246	269.225.339	241.270.905
Receitas de prestação de serviços		10.706.815	21.065.636	20.536.829	17.413.569	33.831.198	32.333.173
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(19.757.175)	(32.438.865)	(23.628.024)	(19.866.409)	(32.650.872)	(23.750.653)
Ganhos de capital		4.797	51.166	255.164	129.129	299.829	851.263
Outras receitas/(despesas)		(5.250.209)	(7.027.977)	(4.483.551)	(5.742.648)	(8.394.217)	(5.884.916)
Despesas da intermediação financeira		(87.256.550)	(167.356.632)	(155.955.733)	(90.004.904)	(170.867.643)	(159.851.103)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.576.786)	(9.015.112)	(7.941.765)	(4.515.811)	(8.668.095)	(7.613.564)
Materiais, água, energia e gás	26	(244.787)	(492.511)	(508.288)	(261.659)	(525.322)	(535.400)
Serviços de terceiros	26	(553.625)	(1.084.089)	(1.091.199)	(501.406)	(988.680)	(1.016.778)
Comunicações	26	(239.932)	(470.676)	(434.861)	(268.287)	(528.887)	(487.630)
Processamento de dados	26	(867.678)	(1.614.104)	(1.102.303)	(613.195)	(1.050.385)	(670.752)
Transporte	26	(316.913)	(606.414)	(595.983)	(349.779)	(668.939)	(651.000)
Serviços de vigilância e segurança	26	(658.675)	(1.300.596)	(1.198.964)	(678.450)	(1.338.942)	(1.235.264)
Serviços do sistema financeiro	26	(283.701)	(623.860)	(844.962)	(334.424)	(724.715)	(947.281)
Propaganda e publicidade	26	(271.647)	(474.695)	(458.516)	(296.120)	(510.355)	(481.450)
Manutenção e conservação de bens	26	(573.020)	(1.157.306)	(1.055.209)	(401.781)	(787.688)	(751.796)
Perdas por redução ao valor recuperável		129.752	129.752	515.743	121.886	121.886	515.657
Outras		(696.560)	(1.320.613)	(1.167.223)	(932.596)	(1.666.068)	(1.351.870)
Valor Adicionado Bruto		27.815.275	58.509.752	58.420.878	41.397.172	82.775.539	77.355.105
Despesas de amortização/depreciação		(1.995.128)	(3.928.666)	(2.768.743)	(2.031.339)	(3.996.159)	(2.833.098)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		25.820.147	54.581.086	55.652.135	39.365.833	78.779.380	74.522.007
Valor Adicionado Recebido em Transferência		9.409.937	16.886.198	12.996.153	3.837.536	7.324.885	5.722.892
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		9.409.937	16.886.198	12.996.153	3.837.536	7.324.885	5.722.892
Valor Adicionado a Distribuir		35.230.084	71.467.284	68.648.288	43.203.369	86.104.265	80.244.899
Valor Adicionado Distribuído		35.230.084	71.467.284	68.648.288	43.203.369	86.104.265	80.244.899
Pessoal		13.249.333	26.559.922	24.212.555	14.355.135	28.738.487	26.015.201
Salários e honorários		6.413.808	12.666.366	12.011.253	7.268.767	14.371.155	13.371.356
Participação de empregados e administradores no lucro		2.199.958	4.313.776	3.955.667	2.206.644	4.328.027	3.968.528
Benefícios e treinamentos		1.896.619	3.723.370	3.525.893	2.004.884	3.926.786	3.701.481
FGTS		426.832	836.216	792.873	441.940	866.397	821.660
Outros encargos		2.312.116	5.020.194	3.926.869	2.432.900	5.246.122	4.152.176
Impostos, Taxas e Contribuições		4.095.544	9.886.031	12.180.530	8.716.395	18.284.819	19.004.911
Federais		3.451.990	8.656.777	11.057.840	7.078.220	15.317.434	16.782.714
Estaduais		160	749	680	160	749	680
Municipais		643.394	1.228.505	1.122.010	1.638.015	2.966.636	2.221.517
Remuneração de Capitais de Terceiros		714.712	1.406.479	1.357.578	751.461	1.474.149	1.429.655
Aluguéis	26	714.712	1.406.479	1.357.578	751.461	1.474.149	1.429.655
Remuneração de Capitais Próprios		17.170.495	33.614.852	30.897.625	19.380.378	37.606.810	33.795.132
Juros sobre capital próprio da União		2.820.047	5.673.424	4.817.672	2.820.047	5.673.424	4.817.672
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		2.820.047	5.673.423	4.817.670	2.820.047	5.673.423	4.817.670
Dividendos da União		460.610	841.203	1.086.124	460.610	841.203	1.086.124
Dividendos de outros acionistas		460.610	841.203	1.086.122	460.610	841.203	1.086.122
Dividendos de acionistas não controladores		--	--	--	773.992	1.907.178	1.931.830
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--	--	87.851	208.380	251.980
Lucro retido		10.609.181	20.585.599	19.090.037	10.608.917	20.581.318	19.052.674
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	--	1.348.304	1.880.681	751.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 215 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 07/02/2024.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2023	31/12/2022
				% de Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	67,03%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	67,03%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	67,03%	66,36%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited ²	Administração de Ativos	Irlanda	Real	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	90,42%	84,09%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,67%	54,45%
BB Multi Criptoativos Full IE LP FIC FI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	63,96%
BB Asset Renda Fixa Plus FICFI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	52,99%
BB Asset Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	82,06%
BB Ações Seleção Fatorial Funci FI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	72,10%
BB MM Multiestratégia LP Funci FIC FI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	54,74%
BB Ações BRL Global Superdividendos Global X Superdividendos ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Multigesta Crédito Privado FIC FIM ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	99,78%
BB Fx MM Allspring Climate Transition FI IE ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Ações FX Pictet Global Environmental Opportunities ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB MM Global Select Equity Value IE FIC FI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Multimercado High Alpha LP FIC FI ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	91,47%	--
BB Asset MM High Alpha FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,93%	--
BB Asset Seleção Fatorial FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,76%	--
BB RF Simples Investback FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	70,48%	--

1 – Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

2 – Administradora de ativos encerrada em 17/06/2023.

3 – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

4 – Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizados, para efeito de comparabilidade, (i) ajustes decorrentes da aplicação da abordagem retrospectiva pela adoção do CPC 50 nas empresas investidas impactadas por essa norma, em função da adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2023, cujos impactos foram refletidos nas demonstrações contábeis do Banco, com efeitos nos investimentos em participações societárias e no patrimônio líquido; e (ii) reclassificação de despesas com serviços de terceiros, do grupamento outras despesas administrativas para o grupamento outras receitas/despesas, para evidenciar melhor a essência das transações.

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes no Balanço patrimonial e na Demonstração do resultado. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos da Demonstração do resultado abrangente, da Demonstração das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração dos fluxos de caixa e da Demonstração do valor adicionado, bem como das respectivas notas explicativas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

31/12/2022	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Investimentos	35.750.416	292.395	36.042.811	18.353.643	440.629	18.794.272
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	35.783.073	292.395	36.075.468	18.359.395	440.629	18.800.024
Total do ativo	2.062.674.549	292.395	2.062.966.944	2.028.958.136	440.629	2.029.398.765
Patrimônio líquido	153.546.924	292.395	153.839.319	163.588.214	440.629	164.028.843
Outros resultados abrangentes	(8.095.198)	(129.363)	(8.224.561)	(8.095.198)	(129.363)	(8.224.561)
Lucros ou prejuízos acumulados	--	421.758	421.758	--	421.758	421.758
Participação dos não controladores	--	--	--	3.309.533	148.234	3.457.767
Total do passivo e patrimônio líquido	2.062.674.549	292.395	2.062.966.944	2.028.958.136	440.629	2.029.398.765

Demonstração do resultado

Exercício/2022	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados
Outras receitas/despesas operacionais	(2.516.862)	100.755	(2.416.107)	(3.233.277)	151.844	(3.081.433)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	12.895.398	100.755	12.996.153	5.571.048	151.844	5.722.892
Outras despesas administrativas	(13.157.885)	--	(13.157.885)	(13.195.597)	229.567	(12.966.030)
Outras receitas/despesas	1.808.830	--	1.808.830	690.943	(229.567)	461.376
Resultado operacional	39.454.072	100.755	39.554.827	46.275.244	151.844	46.427.088
Resultado antes dos tributos e participações	39.582.442	100.755	39.683.197	46.994.446	151.844	47.146.290
Participação dos não controladores	--	--	--	(2.631.801)	(51.089)	(2.682.890)
Lucro líquido	30.796.870	100.755	30.897.625	31.011.487	100.755	31.112.242
Lucro líquido atribuível aos acionistas						
Controladores	30.796.870	100.755	30.897.625	31.011.487	100.755	31.112.242
Não controladores	--	--	--	2.631.801	51.089	2.682.890

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 - Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN nº 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2023

Resolução CVM nº 42, de 22 de julho de 2021. A norma torna obrigatório para as companhias abertas a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros, com objetivo de garantir que uma entidade forneça informações relevantes representando fielmente esses contratos. Além disso, a nova norma busca resolver algumas inadequações existentes na ampla variedade de práticas contábeis no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras.

Embora a norma não seja aplicável às instituições financeiras, uma vez que o Bacen não regulamenta o mercado segurador, o Banco acompanhou a implementação nas empresas operacionais do grupo BB Seguridade, que detém contratos de seguros dentro do escopo normativo. Os impactos nessas empresas foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco por meio de equivalência patrimonial, por não conflitarem com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976.



Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Essa Resolução entra em vigor em 01/01/2025, exceto para os artigos 24, 76 e 77, cuja vigência iniciou-se em 01/01/2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 78 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76, sendo divulgado nas Demonstrações Contábeis do Exercício/2022.

Resolução CMN Nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 entra em vigor em 01/01/2025.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários são apropriados no resultado do período, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva.



As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período; e

Hedge de investimento líquido no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.



g) Carteira de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, os quais são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.



i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:



Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.



Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.



Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

n) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

o) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

p) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.



q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

r) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

s) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.



Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.



g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

a) Alienação de participação societária indireta

Em 08/10/2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária detida no Banco Digio S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formalizou a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 645 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24/11/2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04/02/2022, sendo efetivada em 25/02/2022, após a conclusão dos movimentos societários e a consequente liquidação financeira da operação, proporcionando um resultado líquido de R\$ 222.981 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício/2022
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões Participações S.A. ¹	337.850
2) Tributos	(114.869)
3) Impacto no resultado, líquido de efeitos tributários (1+2)	222.981

1 - Reconhecido na Demonstração do resultado como "Resultado não operacional".

b) Alienação de participação societária indireta – MerchantE

Em 17/02/2022, a Cielo USA Inc., subsidiária integral da Cielo S.A., celebrou o contrato para a alienação da totalidade das ações da sua subsidiária integral Merchant E-Solutions Inc. Em 08/04/2022, foi concluída a alienação, após o cumprimento das condições precedentes, com o pagamento à Cielo USA Inc. de US\$ 137 milhões referente à parcela fixa (upfront), ajustada conforme os termos previstos nos documentos da operação. A transação compreende ainda uma parcela variável (earn-out) de US\$ 25 milhões, além do impacto na controladora Cielo, dos custos relacionados a alienação, de R\$ 20,7 milhões.

A transação gerou impacto positivo de R\$ 84 milhões no resultado do Conglomerado Banco do Brasil no Exercício/2022.

c) Reorganização societária da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP Associação

Em 25/02/2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data pelas associadas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP Associação), foi aprovada a reorganização societária "desmutualização" da CIP Associação, por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A.

A CIP Associação é uma associação civil sem fins lucrativos que integra o Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) e atua como infraestrutura do mercado financeiro, oferecendo soluções e serviços que integram tecnologia, inovação e segurança às transações financeiras efetivadas no País. O Banco detém 12,9062% de participação no seu capital social, reconhecida contabilmente pelo valor do custo histórico de R\$ 7.055 mil.

A CIP S.A. é uma sociedade anônima que não exercia atividade própria e nem possuía passivo ou obrigações de qualquer natureza, sendo uma pessoa jurídica com finalidade lucrativa que incorporará a parcela a ser cindida da CIP Associação. A cisão parcial tem por finalidade a desmutualização da CIP Associação, para que as suas atividades econômicas deixem de ser exercidas por meio de uma estrutura jurídica associativa, passando a ser desenvolvidas pela CIP S.A., sob a forma de sociedade anônima.

O patrimônio social da CIP Associação, com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2021, era de R\$ 1.921.165 mil, sendo que R\$ 1.915.544 mil (99,7073860%) foi cindido e vertido para a CIP S.A., conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Em função da desmutualização, sendo a parcela cindida vertida para a entidade resultante da cisão, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação, que no caso do Banco é de 12,9062%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Nesse contexto, o Banco considerou a CIP S.A. como participação societária coligada, devido à existência de influência significativa, caracterizada pela representação no Conselho de Administração dessa investida, reconhecendo o valor contábil do acervo cindido por equivalência patrimonial, nas demonstrações contábeis de 31/12/2022, cujos efeitos no resultado são demonstrados a seguir:

	Exercício/2022
1) Valor contábil do acervo cindido, proporcional à participação detida pelo Banco de 12,9062% ¹	247.224
2) Valor de custo decorrente da cisão (99,7073860% do valor de custo histórico registrado no Banco)	7.035
3) Ganho de capital (1-2) ²	240.189
4) Tributos	(108.085)
5) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (3+4)	132.104

1 - Conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, considerando o valor patrimonial social da CIP Associação, apurado com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2021.

2 - Reconhecido na Demonstração do resultado como "Resultado não operacional".

d) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2023		Exercício/2022	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	297.844.247	24.595.735	273.289.959	20.206.811
Receitas da intermediação financeira	246.585.172	22.640.167	222.915.368	18.355.537
Resultado da carteira de crédito	134.945.914	3.121.693	111.792.742	9.217.717
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	56.389.468	5.744.804	62.303.461	1.693.524
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	47.865.437	11.662.254	42.396.011	6.508.316
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(709.585)	(409.839)	(1.096.323)	513.612
Resultado das aplicações compulsórias	7.393.870	--	6.343.128	--
Resultado de outros ativos financeiros	700.068	2.521.255	1.176.349	422.368
Outras receitas	51.259.075	1.955.568	50.374.591	1.851.274
Receitas de prestação de serviços	32.289.516	1.541.682	30.901.409	1.431.764
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	7.324.885	--	5.722.892	--
Demais receitas	11.644.674	413.886	13.750.290	419.510
Ativo não-circulante¹	41.863.845	91.023	38.529.176	181.659

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul no Exercício/2023 e no Exercício/2022.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	Exercício/2023							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Interssegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	267.934.307	1.191.365	342.765	152.767	461.342	597.948	(1.455.155)	269.225.339
Resultado da carteira de crédito	138.085.605	--	--	--	--	--	(17.998)	138.067.607
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	62.756.536	410	214.386	--	--	600.097	(1.437.157)	62.134.272
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	57.393.140	1.394.236	128.375	152.767	461.342	(2.169)	--	59.527.691
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(916.327)	(203.281)	--	--	--	184	--	(1.119.424)
Resultado das aplicações compulsórias	7.393.870	--	--	--	--	--	--	7.393.870
Resultado de outros ativos financeiros	3.221.483	--	4	--	--	(164)	--	3.221.323
Despesas da intermediação financeira	(171.753.936)	(637.306)	--	--	--	(693.260)	2.216.859	(170.867.643)
Recursos de instituições financeiras	(79.903.058)	(637.306)	--	--	--	--	2.216.859	(78.323.505)
Recursos de clientes	(66.276.448)	--	--	--	--	--	--	(66.276.448)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(24.331.976)	--	--	--	--	(693.260)	--	(25.025.236)
Outras despesas de captação	(1.242.454)	--	--	--	--	--	--	(1.242.454)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(32.584.112)	(19.199)	--	--	(644)	(46.917)	--	(32.650.872)
Carteira de crédito	(32.220.511)	--	--	--	--	--	--	(32.220.511)
Outros ativos financeiros	(363.601)	(19.199)	--	--	(644)	(46.917)	--	(430.361)
Outras receitas	34.221.817	590.642	3.330.385	10.454.744	2.323.871	5.741.103	(3.447.919)	53.214.643
Receitas de prestação de serviços	22.470.816	412.093	3.319.690	5.013.826	46.054	4.118.016	(1.549.297)	33.831.198
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	598.704	35.705	--	4.895.045	1.795.431	--	--	7.324.885
Demais receitas	11.152.297	142.844	10.695	545.873	482.386	1.623.087	(1.898.622)	12.058.560
Outras despesas	(58.223.676)	(194.537)	(575.346)	(1.071.157)	(166.901)	(3.039.962)	2.686.215	(60.585.364)
Despesas de pessoal	(22.415.305)	(30.400)	(147.898)	(83.518)	(460.677)	6.203	--	(23.137.883)
Outras despesas administrativas	(11.725.060)	(40.059)	(91.134)	(163.141)	(1.175)	(420.227)	1.574.315	(10.866.481)
Amortização	(2.359.248)	--	--	(850)	--	(4.107)	--	(2.364.205)
Depreciação	(1.588.026)	--	--	(20)	--	(43.908)	--	(1.631.954)
Despesas tributárias	(7.011.779)	(70.531)	(242.027)	(612.911)	(75.071)	(592.257)	--	(8.604.576)
Demais despesas	(13.124.258)	(53.547)	(94.287)	(210.717)	(84.367)	(1.518.786)	1.105.697	(13.980.265)
Provisões	(9.381.205)	(28)	(1.307)	(16.212)	(191)	(46.566)	--	(9.445.509)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(8.313.045)	(28)	(1.307)	(16.212)	(191)	(45.958)	--	(8.376.741)
Outras	(1.068.160)	--	--	--	--	(608)	--	(1.068.768)
Resultado antes dos tributos e participações	30.213.195	930.937	3.096.497	9.520.142	2.617.477	2.512.346	--	48.890.594
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.653.804)	(394.479)	(1.213.779)	(1.546.111)	(345.846)	(801.738)	--	(6.955.757)
Participação de empregados e administradores no lucro	(4.313.776)	--	(2.672)	(2.605)	--	(8.974)	--	(4.328.027)
Participação dos não controladores	(1.103.427)	--	--	(2.665.585)	--	(18.847)	--	(3.787.859)
Lucro líquido	22.142.188	536.458	1.880.046	5.305.841	2.271.631	1.682.787	--	33.818.951
Saldo patrimonial								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	435.971.878	3.067	2.345.119	4.747.084	5.997.921	6.978.204	(23.882.283)	432.160.990
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	462.768.793	3.947.437	1.038.545	1.607.391	514	631.604	(1.026.325)	468.967.959
Carteira de crédito líquida de provisões	919.533.653	--	--	--	--	--	(111.914)	919.421.739
Investimentos	26.790.053	1.019.312	--	8.467.509	5.223.258	18	(20.418.354)	21.081.796
Demais Ativos	329.644.413	1.132.735	332.604	2.711.271	842.130	8.375.101	(12.190.755)	330.847.499
Total do ativo	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983
Passivo	2.004.064.825	5.228.560	2.285.764	8.315.482	2.452.790	12.522.787	(35.466.311)	1.999.403.897
Recursos de clientes	812.054.638	--	--	--	--	--	(110.835)	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	671.032.981	4.037.345	--	--	--	111.914	(23.991.516)	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	275.147.259	--	--	--	--	9,009.048	--	284.156.307
Provisões	26.288.513	821	46.010	34.484	244	383.906	(5.499)	26.748.479
Demais Passivos	219.541.434	1.190.394	2.239.754	8.280.998	2.452.546	3,017.919	(11,358,461)	225,364,584
Patrimônio líquido	170.643.965	873.991	1.430.504	9.217.773	9.611.033	3.462.140	(22.163.320)	173.076.086
Total do passivo e patrimônio líquido	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2022							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	240.392.744	1.009.674	330.839	2.875	439.547	383.746	(1.288.520)	241.270.905
Resultado da carteira de crédito	121.029.550	--	--	--	--	--	(19.091)	121.010.459
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	64.606.036	3.898	272.254	--	--	384.226	(1.269.429)	63.996.985
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	47.647.609	756.136	58.585	2.875	439.547	(425)	--	48.904.327
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(832.351)	249.640	--	--	--	--	--	(582.711)
Resultado das aplicações compulsórias	6.343.128	--	--	--	--	--	--	6.343.128
Resultado de outros ativos financeiros	1.598.772	--	--	--	--	(55)	--	1.598.717
Despesas da intermediação financeira	(160.994.529)	(609.269)	--	--	--	(261.568)	2.014.263	(159.851.103)
Recursos de instituições financeiras	(88.110.222)	(609.269)	--	--	--	--	2.014.263	(86.705.228)
Recursos de clientes	(54.176.471)	--	--	--	--	--	--	(54.176.471)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(17.778.241)	--	--	--	--	(261.568)	--	(18.039.809)
Outras despesas de captação	(929.595)	--	--	--	--	--	--	(929.595)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(23.708.391)	(23.241)	531	--	--	(19.552)	--	(23.750.653)
Carteira de crédito	(23.546.750)	--	--	--	--	--	--	(23.546.750)
Outros ativos financeiros	(161.641)	(23.241)	531	--	--	(19.552)	--	(203.903)
Outras receitas	35.474.921	629.056	3.327.462	8.888.410	2.238.558	4.518.557	(2.851.099)	52.225.865
Receitas de prestação de serviços	21.822.064	485.226	3.315.873	4.716.305	53.819	3.327.071	(1.387.185)	32.333.173
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	800.160	27.900	--	3.501.037	1.393.795	--	--	5.722.892
Demais receitas	12.852.697	115.930	11.589	671.068	790.944	1.191.486	(1.463.914)	14.169.800
Outras despesas	(52.252.672)	(157.619)	(503.419)	(1.179.544)	(94.770)	(2.525.428)	2.125.356	(54.588.096)
Despesas de pessoal	(20.933.470)	(21.089)	(122.148)	(6.065)	(420.483)	5.339	--	(21.570.030)
Outras despesas administrativas	(10.953.284)	(42.763)	(74.183)	(122.902)	(2.954)	(340.459)	1.403.613	(10.132.932)
Amortização	(1.356.316)	--	--	(863)	--	--	(4.571)	(1.361.750)
Depreciação	(1.441.495)	--	--	(19)	--	(29.834)	--	(1.471.348)
Despesas tributárias	(5.637.020)	(65.348)	(236.345)	(579.517)	(66.500)	(478.084)	--	(7.062.814)
Demais despesas	(11.931.087)	(28.419)	(70.743)	(404.129)	(19.251)	(1.251.997)	716.404	(12.989.222)
Provisões	(8.078.839)	805	(24.403)	1.531	7	(59.729)	--	(8.160.628)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.998.652)	805	(24.403)	1.531	7	(59.012)	--	(8.079.724)
Outras	(80.187)	--	--	--	--	(717)	--	(80.904)
Resultado antes dos tributos e participações	30.833.234	849.406	3.131.010	7.713.272	2.583.342	2.036.026	--	47.146.290
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.110.296)	(375.874)	(1.257.346)	(1.503.659)	(471.611)	(663.844)	--	(9.382.630)
Participação de empregados e administradores no lucro	(3.955.668)	--	(2.609)	(2.399)	--	(7.852)	--	(3.968.528)
Participação dos não controladores	(581.458)	--	--	(2.087.975)	--	(13.457)	--	(2.682.890)
Lucro líquido	21.185.812	473.532	1.871.055	4.119.239	2.111.731	1.350.873	--	31.112.242
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	422.693.599	3.107	2.987.257	6.073.051	2.864.233	6.511.331	(25.259.140)	415.873.438
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	419.259.690	7.121.727	371.357	368.281	3.510.045	610.818	(1.156.752)	430.085.166
Carteira de crédito líquida de provisões	840.713.266	--	--	--	--	--	(127.098)	840.586.168
Investimentos	24.516.074	945.693	--	6.958.591	4.709.925	23	(18.336.034)	18.794.272
Demais Ativos	323.958.908	1.059.010	474.070	2.386.681	739.492	7.129.786	(11.688.226)	324.059.721
Total do ativo	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.786.604	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.029.398.765
Passivo	1.869.368.715	8.276.298	2.447.215	8.380.407	2.360.458	11.121.042	(36.584.213)	1.865.369.922
Recursos de clientes	753.574.540	--	--	--	--	--	(311.493)	753.263.047
Recursos de instituições financeiras	671.153.136	7.028.703	--	--	--	127.098	(25.386.216)	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	221.311.185	--	--	--	--	8.434.779	--	229.745.964
Provisões	25.305.461	827	42.047	18.314	54	352.382	(1.199)	25.717.886
Demais Passivos	198.024.393	1.246.768	2.405.168	8.362.093	2.360.404	2.206.783	(10.885.305)	203.720.304
Patrimônio líquido	161.772.822	853.239	1.385.469	7.406.197	9.463.237	3.130.916	(19.983.037)	164.028.843
Total do passivo e patrimônio líquido	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.786.604	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.029.398.765



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	14.022.703	12.808.085	17.327.745	18.310.546
Disponibilidades em moeda nacional	9.834.960	8.405.499	9.894.579	8.407.179
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.187.743	4.402.586	7.433.166	9.903.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	44.154.995	55.083.119	37.672.070	50.515.733
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	--	9.999	6.457.559	4.107.564
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.398.623	55.073.120	29.458.139	46.408.169
Aplicações em moeda estrangeira	1.756.372	--	1.756.372	--
Total	58.177.698	67.891.204	54.999.815	68.826.279

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de poupança	40.905.905	40.035.817	40.905.905	40.035.817
Depósitos à vista	6.999.866	20.204.006	6.999.866	20.204.006
Depósitos a prazo	35.616.486	32.959.214	35.616.486	32.959.214
Conta de pagamento instantâneo	15.946.221	1.394.199	15.946.221	1.394.199
Depósitos de moeda eletrônica	260.638	472.046	260.638	472.046
Recursos de microfinanças	76.785	53.803	76.785	53.803
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.999.999	--	1.999.999	--
Ativo circulante	101.805.900	95.119.085	101.805.900	95.119.085
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	101.805.900	95.119.085	101.805.900	95.119.085

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Depósitos de poupança	1.544.180	3.137.989	3.020.472	1.544.180	3.137.989	3.020.472
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.134.045	4.255.881	3.322.656	2.134.045	4.255.881	3.322.656
Total	3.678.225	7.393.870	6.343.128	3.678.225	7.393.870	6.343.128



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no mercado aberto	387.601.515	356.434.683	393.782.839	360.620.668
Re vendas a liquidar - posição bancada	88.408.902	378.662	95.066.521	4.564.647
Letras Financeiras do Tesouro	--	9.999	3.099	13.635
Letras do Tesouro Nacional	45.124.763	368.663	45.467.277	368.662
Notas do Tesouro Nacional	43.284.139	--	43.417.921	--
Outros títulos	--	--	6.178.224	4.182.350
Re vendas a liquidar - posição financiada	299.192.613	356.056.021	298.716.318	356.056.021
Notas do Tesouro Nacional	273.346.620	247.312.465	273.212.838	247.312.465
Letras do Tesouro Nacional	25.128.176	107.411.310	24.785.663	107.411.310
Outros títulos	717.817	1.332.246	717.817	1.332.246
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	96.931.088	122.026.512	38.378.151	55.252.770
Total	484.532.603	478.461.195	432.160.990	415.873.438
Ativo circulante	447.791.719	423.567.157	428.963.795	412.684.827
Ativo não circulante	36.740.884	54.894.038	3.197.195	3.188.611

1 - Inclui no Consolidado, o montante de R\$ 2.632.274 mil (R\$ 3.192.995 mil em 31/12/2022) referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Rendas de aplicações no mercado aberto	28.047.724	55.373.952	61.882.399	30.381.485	59.021.982	63.084.369
Posição financiada	27.993.279	55.281.685	61.790.553	27.993.279	55.281.685	61.790.553
Posição bancada	54.445	92.267	91.846	2.388.206	3.740.297	1.293.816
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	4.185.817	8.185.967	5.530.602	1.746.888	3.112.290	912.616
Total	32.233.541	63.559.919	67.413.001	32.128.373	62.134.272	63.996.985



10 – Títulos e valores mobiliários

a) Carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:

a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	Banco Múltiplo							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	5.727.346	--	5.727.346	1%	2.285.510	--	2.285.510	1%
2 - Títulos disponíveis para venda	19.470.751	374.396.508	393.867.259	87%	33.241.159	321.691.442	354.932.601	88%
3 - Mantidos até o vencimento	24.443.503	26.737.293	51.180.796	12%	17.661.521	28.347.372	46.008.893	11%
Valor contábil da carteira	49.641.600	401.133.801	450.775.401	100%	53.188.190	350.038.814	403.227.004	100%
Marcação a mercado da categoria 3	116.888	(283.114)	(166.226)		(169.873)	(378.183)	(548.056)	
Valor de mercado da carteira	49.758.488	400.850.687	450.609.175		53.018.317	349.660.631	402.678.948	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	37.499	104.376	217.124	5.368.347	5.699.346	5.727.346	28.000	2.328.089	2.285.510	(42.579)
Títulos públicos	37.401	104.376	216.654	4.536.887	4.867.521	4.895.318	27.797	572.246	573.384	1.138
Letras Financeiras do Tesouro	--	5.451	3.253	1.861.431	1.869.562	1.870.135	573	12.895	12.906	11
Letras do Tesouro Nacional	37.401	98.925	70.007	734.157	934.699	940.490	5.791	505.337	506.340	1.003
Notas do Tesouro Nacional	--	--	143.394	1.941.299	2.063.260	2.084.693	21.433	54.014	54.138	124
Títulos privados	98	--	470	831.460	831.825	832.028	203	1.755.843	1.712.126	(43.717)
Debêntures	13	--	300	458.771	459.642	459.084	(558)	478.868	443.139	(35.729)
Cotas de fundos de investimento	85	--	--	--	1	85	84	10	418	408
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	106.602	105.542	106.602	1.060	503.385	504.612	1.227
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	170	266.087	266.640	266.257	(383)	773.580	763.957	(9.623)
2 - Títulos disponíveis para venda	4.501.969	10.404.941	4.563.841	374.396.508	396.284.088	393.867.259	(2.416.829)	357.733.552	354.932.601	(2.800.951)
Títulos públicos	4.177.510	8.530.187	3.139.258	325.743.843	342.369.095	341.590.798	(778.297)	309.014.604	305.577.965	(3.436.639)
Letras Financeiras do Tesouro	--	5.840.815	285.692	287.616.842	293.578.439	293.743.349	164.910	272.032.990	272.089.972	56.982
Letras do Tesouro Nacional	4.098.166	--	2.853.566	4.719.220	11.616.904	11.670.952	54.048	16.130.519	15.549.177	(581.342)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	23.328.403	23.411.943	23.328.403	(83.540)	6.744.032	5.477.265	(1.266.767)
Títulos da Dívida Agrária	--	15	--	--	36	15	(21)	139	101	(38)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	942	--	9.342.240	10.155.195	9.343.182	(812.013)	9.319.635	7.881.685	(1.437.950)
Títulos de Governos Estrangeiros	79.344	2.688.415	--	695.985	3.564.294	3.463.744	(100.550)	4.732.787	4.529.247	(203.540)
Outros	--	--	--	41.153	42.284	41.153	(1.131)	54.502	50.518	(3.984)
Títulos privados	324.459	1.874.754	1.424.583	48.652.665	53.914.993	52.276.461	(1.638.532)	48.718.948	49.354.636	635.688
Debêntures	--	614.961	1.050.454	38.879.766	41.826.417	40.545.181	(1.281.236)	37.429.419	37.174.513	(254.906)
Notas Promissórias	--	--	340.276	4.459.165	4.927.521	4.799.441	(128.080)	3.829.534	3.832.957	3.423
Cotas de fundos de investimento	194.212	--	--	1.660.831	1.937.774	1.855.043	(82.731)	2.886.210	4.346.580	1.460.370
Ações	130.247	--	--	--	92.591	130.247	37.656	98.661	94.403	(4.258)
Certificados de Depósito Bancário	--	1.235.548	--	--	1.212.249	1.235.548	23.299	--	--	--
Eurobonds	--	24.245	33.853	3.483.753	3.752.074	3.541.851	(210.223)	4.412.106	3.844.736	(567.370)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	66.174	65.193	66.174	981	314	258	(56)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	102.976	101.174	102.976	1.802	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	62.704	61.189	(1.515)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o vencimento	3.927.113	8.628.079	12.005.200	26.454.178	51.180.796	51.014.570	(166.226)	46.008.893	45.460.837	(548.056)
Títulos públicos	2.998.658	1.149.984	2.853.566	2.521.793	9.485.201	9.524.001	38.800	15.474.960	14.933.950	(541.010)
Letras do Tesouro Nacional	2.998.658	--	2.853.566	1.202.458	7.058.959	7.054.682	(4.277)	12.832.079	12.279.951	(552.128)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	1.149.984	--	1.319.335	2.426.242	2.469.319	43.077	2.642.881	2.653.999	11.118
Títulos privados	928.455	7.478.095	9.151.634	23.932.385	41.695.595	41.490.569	(205.026)	30.533.933	30.526.887	(7.046)
Debêntures	--	66.737	271.365	5.624.514	6.456.096	5.962.616	(493.480)	6.848.656	6.687.147	(161.509)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	852.946	7.249.855	8.753.262	7.472.924	23.894.770	24.328.987	434.217	11.895.475	12.058.186	162.711
Certificados de Depósito Bancário	75.509	124.138	--	--	196.609	199.647	3.038	20.926	21.038	112
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	37.365	127.007	10.834.945	11.148.117	10.999.317	(148.800)	11.768.873	11.760.514	(8.359)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Total	8.466.581	19.137.396	16.786.165	406.219.033	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)	406.070.534	402.678.948	(3.391.586)

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	8.466.581	19.137.396	16.786.165	406.219.033	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)	406.070.534	402.678.948	(3.391.586)
Carteira própria	8.391.072	10.868.505	16.538.433	115.455.048	153.056.997	151.253.058	(1.803.939)	160.935.865	158.661.955	(2.273.910)
Vinculados a compromissos de recompra	--	7.045.298	247.732	286.336.604	294.383.427	293.629.634	(753.793)	235.475.294	234.556.389	(918.905)
Vinculados à prestação de garantias	75.509	1.223.593	--	4.427.381	5.723.806	5.726.483	2.677	9.659.375	9.460.604	(198.771)

a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	Consolidado							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	12.045.093	--	12.045.093	2%	10.330.260	--	10.330.260	3%
2 - Títulos disponíveis para venda	22.912.893	378.683.966	401.596.859	86%	44.909.992	324.970.445	369.880.437	86%
3 - Mantidos até o vencimento	25.982.096	27.370.225	53.352.321	12%	19.045.821	29.190.579	48.236.400	11%
Valor contábil da carteira	60.940.082	406.054.191	466.994.273	100%	74.286.073	354.161.024	428.447.097	100%
Marcação a mercado da categoria 3	116.889	(283.114)	(166.225)		(180.699)	(393.346)	(574.045)	
Valor de mercado da carteira	61.056.971	405.771.077	466.828.048		74.105.374	353.767.678	427.873.052	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	817.284	242.841	410.696	10.574.272	11.600.391	12.045.093	444.702	10.349.834	10.330.260	(19.574)
Títulos públicos	331.366	230.387	401.827	6.436.244	7.063.774	7.399.824	336.050	2.143.133	2.258.875	115.742
Letras Financeiras do Tesouro	--	6.484	167.225	3.651.855	3.671.131	3.825.564	154.433	1.194.920	1.199.103	4.183
Letras do Tesouro Nacional	37.407	98.921	70.005	734.157	934.699	940.490	5.791	505.337	506.340	1.003
Notas do Tesouro Nacional	--	--	143.394	1.941.299	2.063.260	2.084.693	21.433	135.787	137.934	2.147
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	69.881	--	92.232	163.239	162.113	(1.126)	154.677	150.672	(4.005)
Títulos de Governos Estrangeiros	293.959	55.101	21.203	16.701	231.445	386.964	155.519	152.412	264.826	112.414
Títulos privados	485.918	12.454	8.869	4.138.028	4.536.617	4.645.269	108.652	8.206.701	8.071.385	(135.316)
Debêntures	14	--	300	2.233.101	2.216.939	2.233.415	16.476	2.109.240	2.008.139	(101.101)
Cotas de fundos de investimento	423.553	--	--	--	343.397	423.553	80.156	351.121	442.450	91.329
Ações	62.351	--	--	--	62.318	62.351	33	54.935	54.974	39
Eurobonds	--	12.454	8.399	157.375	174.557	178.228	3.671	248.703	246.331	(2.372)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	687.834	705.105	687.834	(17.271)	2.491.726	2.433.845	(57.881)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	170	1.059.718	1.034.301	1.059.888	25.587	2.946.169	2.880.839	(65.330)
Outros	--	--	--	--	--	--	--	4.807	4.807	--
2 - Títulos disponíveis para venda	4.949.065	12.437.198	5.526.630	378.683.966	403.866.978	401.596.859	(2.270.119)	372.898.765	369.880.437	(3.018.328)
Títulos públicos	4.221.548	9.573.544	3.843.257	326.892.310	345.198.120	344.530.659	(667.461)	318.942.879	315.329.345	(3.613.534)
Letras Financeiras do Tesouro	--	6.554.295	499.736	287.687.467	294.576.316	294.741.498	165.182	272.372.872	272.430.113	57.241
Letras do Tesouro Nacional	4.098.166	--	2.853.566	4.719.220	11.616.904	11.670.952	54.048	16.130.519	15.549.177	(581.342)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	23.328.403	23.411.943	23.328.403	(83.540)	6.744.032	5.477.265	(1.266.767)
Títulos da Dívida Agrária	--	15	--	--	36	15	(21)	139	101	(38)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	50.701	--	9.775.120	10.682.435	9.825.821	(856.614)	9.878.395	8.388.834	(1.489.561)
Títulos de Governos Estrangeiros	123.382	2.968.533	489.955	1.340.929	4.868.184	4.922.799	54.615	13.761.396	13.432.313	(329.083)
Outros	--	--	--	41.171	42.302	41.171	(1.131)	55.526	51.542	(3.984)
Títulos privados	727.517	2.863.654	1.683.373	51.791.656	58.668.858	57.066.200	(1.602.658)	53.955.886	54.551.092	595.206
Debêntures	--	614.961	1.050.454	39.046.290	41.992.859	40.711.705	(1.281.154)	41.274.278	41.026.492	(247.786)
Notas Promissórias	--	--	340.276	4.460.133	4.928.489	4.800.409	(128.080)	3.829.534	3.832.957	3.423
Cotas de fundos de investimento	409.446	115.027	258.790	728.884	1.431.118	1.512.147	81.029	2.294.090	3.870.703	1.576.613
Ações	155.011	--	--	--	131.933	155.011	23.078	138.408	109.683	(28.725)
Certificados de Depósito Bancário	--	1.269.851	--	--	1.246.552	1.269.851	23.299	18.752	18.752	--
Eurobonds	--	24.245	33.853	3.632.640	3.921.157	3.690.738	(230.419)	4.618.831	4.024.409	(594.422)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	66.174	65.193	66.174	981	2.833	2.429	(404)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	102.976	101.174	102.976	1.802	1.316	1.297	(19)
Outros	163.060	839.570	--	3.754.559	4.850.383	4.757.189	(93.194)	1.777.844	1.664.370	(113.474)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o vencimento	4.159.612	9.069.094	12.870.280	27.087.110	53.352.321	53.186.096	(166.225)	48.236.400	47.662.355	(574.045)
Títulos públicos	3.231.157	1.590.998	3.718.646	3.154.725	11.656.725	11.695.526	38.801	17.975.810	17.405.106	(570.704)
Letras do Tesouro Nacional	2.998.658	--	2.853.566	1.202.458	7.058.959	7.054.682	(4.277)	12.832.079	12.279.951	(552.128)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	1.149.985	--	1.319.335	2.426.242	2.469.320	43.078	2.642.881	2.654.000	11.119
Títulos de Governos Estrangeiros	232.499	441.013	865.080	632.932	2.171.524	2.171.524	--	2.500.850	2.471.155	(29.695)
Títulos privados	928.455	7.478.096	9.151.634	23.932.385	41.695.596	41.490.570	(205.026)	30.260.590	30.257.249	(3.341)
Debêntures	--	66.737	271.365	5.624.514	6.456.096	5.962.616	(493.480)	6.575.312	6.417.508	(157.804)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	852.946	7.249.855	8.753.262	7.472.924	23.894.770	24.328.987	434.217	11.895.475	12.058.186	162.711
Certificados de Depósito Bancário	75.509	124.139	--	--	196.610	199.648	3.038	20.927	21.039	112
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	37.365	127.007	10.834.945	11.148.117	10.999.317	(148.800)	11.768.873	11.760.514	(8.359)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Total	9.925.961	21.749.133	18.807.606	416.345.348	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)	431.484.999	427.873.052	(3.611.947)

a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/12/2023							31/12/2022		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	9.925.961	21.749.133	18.807.606	416.345.348	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)	431.484.999	427.873.052	(3.611.947)
Carteira própria	9.770.304	13.364.608	18.037.948	149.728.713	192.143.196	190.901.573	(1.241.623)	208.348.628	205.853.400	(2.495.228)
Vinculados a compromissos de recompra	--	7.045.297	552.385	261.985.201	270.336.676	269.582.883	(753.793)	212.635.779	211.717.369	(918.410)
Vinculados à prestação de garantias	155.657	1.339.228	217.273	4.631.434	6.339.818	6.343.592	3.774	10.500.592	10.302.283	(198.309)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Títulos de renda fixa	24.295.025	46.291.211	42.288.161	31.207.030	59.353.575	49.280.931
Títulos de renda variável	1.555.736	399.380	(369.315)	1.405.138	174.116	(376.604)
Total	25.850.761	46.690.591	41.918.846	32.612.168	59.527.691	48.904.327

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no Exercício/2023.

Com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foram realizadas no Exercício/2022 as seguintes reclassificações:

- da categoria I - títulos para negociação para a Categoria II - títulos disponíveis para venda: R\$ 11.476.114 mil, basicamente, em títulos de governos estrangeiros. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido.
- da categoria II - títulos disponíveis para venda para a Categoria III - títulos mantidos até o vencimento: R\$ 10.953.163 mil em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e R\$ 10.154.455 mil em Cédulas de Produto Rural - Commodities (CPR), sendo atestada a capacidade financeira para manutenção desses ativos até os seus respectivos vencimentos. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esses papéis, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 3.142 mil, líquido de tributos.



11 – Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31/12/2023, foi de R\$ 379.218 mil (R\$ 156.176 mil em 31/12/2022). A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 941.228 mil em 31/12/2023 (R\$ 834.639 mil em 31/12/2022).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022			31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	28.516.653	--	--	12.147.162	--	--	28.550.980	--	--	12.495.923	--	--
DI	8.512.528	--	--	7.633.088	--	--	8.512.528	--	--	7.633.088	--	--
Moedas	19.388.018	--	--	1.373.069	--	--	19.422.345	--	--	1.721.830	--	--
Commodities	427.329	--	--	61.016	--	--	427.329	--	--	61.016	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	3.889	--	--	--	--	--	3.889	--	--
Cupom cambial	188.778	--	--	3.076.100	--	--	188.778	--	--	3.076.100	--	--
Compromissos de Venda	19.843.267	--	--	22.992.210	--	--	19.872.132	--	--	23.172.978	--	--
DI	10.305.191	--	--	7.184.693	--	--	10.305.191	--	--	7.184.693	--	--
Moedas	802.954	--	--	3.067.181	--	--	831.819	--	--	3.247.949	--	--
Libor	4.690.719	--	--	4.776.315	--	--	4.690.719	--	--	4.776.315	--	--
Commodities	1.201.924	--	--	1.435.281	--	--	1.201.924	--	--	1.435.281	--	--
Cupom cambial	2.358.349	--	--	3.355.606	--	--	2.358.349	--	--	3.355.606	--	--
T-Note	484.130	--	--	3.173.134	--	--	484.130	--	--	3.173.134	--	--
Contratos a termo												
Posição Ativa	13.981.469	876.906	613.971	14.811.098	721.247	371.489	14.030.620	881.898	618.963	15.281.186	744.683	395.025
Termo de moeda	11.593.074	647.237	431.376	13.820.009	629.387	301.499	11.642.225	652.229	436.368	14.290.097	652.823	325.035
Termo de mercadoria	2.388.395	229.669	182.595	991.089	91.860	69.990	2.388.395	229.669	182.595	991.089	91.860	69.990
Posição Passiva	17.028.088	(1.165.354)	(819.353)	23.635.787	(1.971.278)	(1.072.640)	17.063.538	(1.167.816)	(821.815)	23.681.976	(1.972.065)	(1.073.427)
Termo de moeda	16.264.127	(1.143.475)	(795.113)	22.530.604	(1.742.394)	(824.185)	16.299.577	(1.145.937)	(797.575)	22.576.793	(1.743.181)	(824.972)
Termo de mercadoria	763.961	(21.879)	(24.240)	1.105.183	(228.884)	(248.455)	763.961	(21.879)	(24.240)	1.105.183	(228.884)	(248.455)
Contratos de opções												
De compra - posição comprada	4.361.521	219.907	85.460	4.924.396	260.830	77.997	4.361.521	219.907	85.460	4.924.396	260.830	77.997
Moeda estrangeira	4.361.521	219.907	85.460	4.924.396	260.830	77.997	4.361.521	219.907	85.460	4.924.396	260.830	77.997
De venda - posição comprada	699.339	20.927	24.694	303.582	11.246	11.045	699.339	20.927	24.694	303.582	11.246	11.045
Moeda estrangeira	699.339	20.927	24.694	303.582	11.246	11.045	699.339	20.927	24.694	303.582	11.246	11.045
De compra - posição vendida	1.055.165	(33.374)	(37.706)	906.949	(23.735)	(39.849)	1.055.165	(33.374)	(37.706)	444.308	(19.173)	(27.825)
Moeda estrangeira	820.500	(26.268)	(28.989)	334.992	(15.122)	(23.945)	820.500	(26.268)	(28.989)	334.992	(15.122)	(23.945)
Pré-fixados	--	--	--	462.641	(4.562)	(12.024)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	36.115	(1.770)	(2.808)	34.007	(1.905)	(2.022)	36.115	(1.770)	(2.808)	34.007	(1.905)	(2.022)
Índice DI	59.708	(247)	(2.657)	--	--	--	59.708	(247)	(2.657)	--	--	--
Commodities	138.842	(5.089)	(3.252)	75.309	(2.146)	(1.858)	138.842	(5.089)	(3.252)	75.309	(2.146)	(1.858)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022			31/12/2023			31/12/2022		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
De Venda - Posição Vendida	4.705.134	(268.706)	(433.224)	5.678.150	(733.241)	(953.597)	4.705.134	(268.706)	(433.224)	5.215.508	(270.205)	(497.751)
Moeda estrangeira	4.258.845	(243.849)	(420.314)	4.860.396	(257.306)	(489.982)	4.258.845	(243.849)	(420.314)	4.860.396	(257.306)	(489.982)
Pré-fixados	--	--	--	462.642	(463.036)	(455.846)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	13.001	(283)	(118)	23.964	(739)	(628)	13.001	(283)	(118)	23.964	(739)	(628)
Índice DI	1.584	(10)	(14)	7.302	(52)	--	1.584	(10)	(14)	7.302	(52)	--
Commodities	431.704	(24.564)	(12.778)	323.846	(12.108)	(7.141)	431.704	(24.564)	(12.778)	323.846	(12.108)	(7.141)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	16.537.484	1.110.225	1.218.228	22.869.098	1.001.555	1.134.782	16.537.484	1.110.225	1.218.228	22.401.501	1.001.538	1.134.779
DI	11.585.186	932.068	920.736	12.848.783	810.085	775.695	11.585.186	932.068	920.736	12.848.783	810.085	775.695
Moeda estrangeira	3.702.171	145.283	254.586	8.299.526	110.174	289.198	3.702.171	145.283	254.586	8.299.526	110.174	289.198
Pré-fixados	1.250.127	32.874	42.906	1.720.789	81.296	69.889	1.250.127	32.874	42.906	1.253.192	81.279	69.886
Posição Passiva	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)	8.869.326	(1.021.623)	(1.305.602)	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)	8.869.326	(1.021.623)	(1.305.602)
DI	5.557.544	(332.663)	(302.978)	1.475.272	(118.414)	(130.415)	5.557.544	(332.663)	(302.978)	1.475.272	(118.414)	(130.415)
Moeda estrangeira	5.577.463	(431.698)	(562.461)	5.578.198	(793.673)	(1.053.142)	5.577.463	(431.698)	(562.461)	5.578.198	(793.673)	(1.053.142)
Pré-fixados	1.362.503	(38.811)	(59.341)	969.776	(35.606)	(30.033)	1.362.503	(38.811)	(59.341)	969.776	(35.606)	(30.033)
IPCA	937.035	(139.563)	(173.688)	846.080	(73.930)	(92.012)	937.035	(139.563)	(173.688)	846.080	(73.930)	(92.012)
Outros Derivativos ¹												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	2.053.845	33.238	32.227	1.663.993	39.087	26.703	1.796.868	33.238	26.341	1.099.157	39.087	19.223
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	5.726.707	(100.347)	(118.507)	6.130.599	(115.844)	(140.845)	5.442.909	(100.369)	(118.529)	6.130.599	(115.849)	(140.858)

¹ - Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de futuros	3.823.135	28.955.397	5.055.855	10.525.533	48.359.920	35.139.372	3.886.327	28.955.397	5.055.855	10.525.533	48.423.112	35.668.901
Contratos a termo	2.698.742	17.980.456	6.745.138	3.585.221	31.009.557	38.446.885	2.783.343	17.980.456	6.745.138	3.585.221	31.094.158	38.963.162
Contratos de opções	671.944	1.836.093	2.198.970	6.114.152	10.821.159	11.813.077	671.944	1.836.093	2.198.970	6.114.152	10.821.159	10.887.794
Contratos de swap	2.482.896	8.379.261	6.473.112	12.636.760	29.972.029	31.738.424	2.482.896	8.379.261	6.473.112	12.636.760	29.972.029	31.270.827
Outros	3.276.285	3.857.365	636.147	10.755	7.780.552	7.794.592	3.019.309	3.573.566	636.147	10.755	7.239.777	7.229.756



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	42.861.120	--	570.546	--	--	42.861.120	--	570.546	--	--
Exterior	5.498.800	--	--	--	--	5.561.992	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	--	--	21.409.080	7.780.552	--	84.601	--	21.409.080	7.239.777
Clientes	--	31.009.557	10.250.613	8.562.949	--	--	31.009.557	10.250.613	8.562.949	--

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro		3.167.240	1.730.237	
			3.167.240	1.730.237

a.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos a termo	443.057	170.914	352.548	18.941	448.049	170.914	376.084	18.941
Contrato de opções	116.611	(6.457)	69.490	19.552	116.611	(6.457)	69.490	19.552
Contratos de swap	723.244	494.984	763.110	371.672	723.244	494.984	763.107	371.672
Outros derivativos	32.227	--	26.639	64	26.341	--	19.159	64
Total	1.315.139	659.441	1.211.787	410.229	1.314.245	659.441	1.227.840	410.229
Passivo								
Contratos a termo	(498.328)	(321.025)	(938.096)	(134.544)	(500.790)	(321.025)	(938.883)	(134.544)
Contrato de opções	(128.877)	(342.053)	(960.863)	(32.583)	(128.877)	(342.053)	(492.993)	(32.583)
Contratos de swap	(226.005)	(872.463)	(120.131)	(1.185.471)	(226.005)	(872.463)	(120.131)	(1.185.471)
Outros derivativos	(117.866)	(641)	(140.710)	(135)	(117.888)	(641)	(140.723)	(135)
Total	(971.076)	(1.536.182)	(2.159.800)	(1.352.733)	(973.560)	(1.536.182)	(1.692.730)	(1.352.733)

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Contratos de futuro	(82.053)	759.885	1.115.757	(74.712)	570.797	1.258.283
Contratos a termo	74.276	(964.935)	(3.285.735)	80.627	(933.473)	(3.141.523)
Contratos de opções	(52.891)	(528.294)	(266.575)	(50.985)	(511.320)	(188.060)
Contratos de swap	124.773	293.079	1.626.200	124.772	293.082	1.626.091
Derivativos de crédito	--	11	(15.064)	--	11	(15.064)
Outros derivativos	(549.632)	(509.045)	(58.076)	(558.513)	(538.521)	(122.438)
Total	(485.527)	(949.299)	(883.493)	(478.811)	(1.119.424)	(582.711)



c) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



c.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI ou swaps de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada; e
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de hedge ¹				
Passivo	(6.185.280)	(13.207.111)	(6.185.280)	(13.207.111)
Contrato de swap	(287.888)	(7.966.434)	(287.888)	(7.966.434)
Contrato de futuro	(5.897.392)	(5.240.677)	(5.897.392)	(5.240.677)
Itens objeto de hedge				
Ativo	8.298.827	15.189.252	8.298.827	15.189.252
Títulos e valores mobiliários	5.852.224	12.579.618	5.852.224	12.579.618
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.396.937	2.563.590	2.396.937	2.563.590
Operações de crédito	49.666	46.044	49.666	46.044
Passivo	(2.090.360)	(1.816.981)	(2.090.360)	(1.816.981)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.090.360)	(1.816.981)	(2.090.360)	(1.816.981)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	310.533	499.217	804.974	310.533	499.217	804.974
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(310.211)	(465.312)	(723.422)	(310.211)	(465.312)	(723.422)
Efeito líquido	322	33.905	81.552	322	33.905	81.552

c.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de hedge				
Passivo	(1.233.083)	(702.764)	(1.233.083)	(702.764)
Contrato de futuro	(1.233.083)	(702.764)	(1.233.083)	(702.764)
Itens objeto de hedge				
Ativo	1.225.924	701.011	1.225.924	701.011
Investimento líquido no exterior	1.225.924	701.011	1.225.924	701.011

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	5.667	(66.916)	(23.659)	5.667	(66.916)	(23.659)
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	(5.667)	66.916	17.776	(5.667)	66.916	17.776
Efeito líquido ¹	--	--	(5.883)	--	--	(5.883)

¹ – No 2º Semestre/2023 foi reconhecido um resultado negativo de R\$ 6.420 mil e um resultado positivo de R\$ 7.912 no Exercício/2023 nos instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	865.652.310	785.045.939	874.683.503	797.071.709
Empréstimos e direitos creditórios descontados	351.450.680	325.323.165	354.455.324	332.007.261
Financiamentos	147.427.572	129.166.304	147.778.172	130.219.409
Financiamentos rurais	317.277.404	283.439.401	317.277.404	283.439.401
Financiamentos imobiliários	49.364.542	46.955.266	55.040.491	51.243.835
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	132.112	161.803	132.112	161.803
Outros créditos com características de concessão de crédito	99.272.747	92.018.105	100.171.008	93.796.888
Operações com cartão de crédito	51.285.816	47.723.600	52.184.077	49.502.383
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	24.924.882	23.910.738	24.924.882	23.910.738
Aquisição de recebíveis	9.165.690	10.160.141	9.165.690	10.160.141
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	10.539.278	7.411.448	10.539.278	7.411.448
Avais e fianças honrados	93.927	31.023	93.927	31.023
Diversos	3.263.154	2.781.155	3.263.154	2.781.155
Operações de arrendamento mercantil	--	--	494.847	414.726
Total da carteira de crédito	964.925.057	877.064.044	975.349.358	891.283.323
Ativo circulante	407.564.569	380.417.858	411.308.919	387.613.409
Ativo não circulante	557.360.488	496.646.186	564.040.439	503.669.914
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(55.806.103)	(50.513.636)	(55.927.619)	(50.697.155)
Provisão para operações de crédito	(53.443.096)	(47.673.426)	(53.551.011)	(47.831.412)
Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito	(2.363.007)	(2.840.210)	(2.372.767)	(2.862.338)
Provisão para arrendamento mercantil	--	--	(3.841)	(3.405)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	909.118.954	826.550.408	919.421.739	840.586.168

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado de operações de crédito	70.455.119	134.258.076	113.112.904	72.341.402	137.217.201	120.569.559
Empréstimos e direitos creditórios descontados	38.873.323	75.727.622	64.530.197	40.043.317	77.367.816	70.903.733
Financiamentos rurais	14.393.694	27.338.883	18.896.348	14.393.694	27.338.883	18.896.348
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	3.813.915	7.489.837	8.058.868	4.236.421	8.275.387	8.770.631
Financiamentos	5.798.717	8.562.494	5.845.580	5.835.039	8.626.308	5.905.186
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	2.193.382	4.960.567	5.739.761	2.193.382	4.960.567	5.739.761
Financiamentos imobiliários	2.073.513	4.088.647	3.962.562	2.310.222	4.511.672	4.231.749
Financiamentos à exportação	1.927.277	3.696.011	3.201.473	1.927.277	3.696.011	3.201.473
Aquisição de recebíveis	668.447	1.572.737	1.432.012	668.447	1.572.737	1.432.012
Adiantamentos a depositantes	218.399	380.844	233.929	242.596	428.514	267.085
Avais e fianças honrados	13.417	14.343	11.816	13.417	14.343	11.816
Financiamentos em moedas estrangeiras	367.677	219.706	1.077.630	364.232	218.578	1.087.037
Demais	113.358	206.385	122.728	113.358	206.385	122.728
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	--	60.803	108.336	58.577
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ^{2,3}	431.960	828.503	382.323	384.356	742.070	382.323
Total	70.887.079	135.086.579	113.495.227	72.786.561	138.067.607	121.010.459

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 414.831 mil no 2º Semestre/2023 (com impacto no resultado de R\$ 228.157 mil, líquido de tributos), R\$ 894.202 mil no Exercício/2023 (com impacto no resultado de R\$ 491.811 mil, líquido de tributos) e R\$ 840.402 mil no Exercício/2022 (com impacto no resultado de R\$ 462.220 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 751.727 mil, R\$ 1.555.695 mil e R\$ 1.550.836 mil, respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 106.509 mil (R\$ 56.304 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2023, R\$ 350.338 mil (R\$ 185.216 mil, líquido de tributos) no Exercício/2023 e R\$ 61.422 mil (R\$ 32.211 mil, líquido de tributos) no Exercício/2022, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 31.166 mil no 2º Semestre/2023, R\$ 35.992 mil no Exercício/2023 e R\$ 17.626 mil no Exercício/2022, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 299.807 mil, R\$ 608.335 mil e R\$ 72.409 mil respectivamente.

3 - Inclui as rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Setor público	66.786.053	6,9	57.312.373	6,5	66.944.273	6,9	57.543.027	6,5
Administração pública	59.013.058	6,0	52.611.541	5,9	59.171.278	6,0	52.816.209	5,9
Petroleiro	5.614.664	0,6	2.625.600	0,3	5.614.664	0,6	2.625.600	0,3
Energia Elétrica	827.534	0,1	846.818	0,1	827.534	0,1	846.818	0,1
Serviços	538.178	0,1	539.490	0,1	538.178	0,1	539.490	0,1
Demais atividades	792.619	0,1	688.924	0,1	792.619	0,1	714.910	0,1
Setor privado	898.139.004	93,1	819.751.671	93,5	908.405.085	93,1	833.740.296	93,5
Pessoa física	619.527.098	64,2	561.431.074	64,0	622.587.204	63,8	565.735.713	63,5
Pessoa jurídica	278.611.906	28,9	258.320.597	29,5	285.817.881	29,3	268.004.583	30,0
Agronegócio de origem vegetal	39.475.706	4,1	38.320.954	4,4	39.821.090	4,1	39.441.363	4,4
Serviços	30.262.457	3,1	30.515.894	3,5	32.193.075	3,3	32.044.525	3,6
Mineração e metalurgia	21.289.369	2,2	18.969.630	2,2	21.795.732	2,2	19.739.757	2,2
Comércio varejista	16.902.526	1,8	16.005.395	1,8	17.124.898	1,8	16.260.340	1,8
Energia Elétrica	16.650.988	1,7	13.442.627	1,5	16.671.505	1,7	13.563.642	1,5
Transportes	15.836.723	1,6	14.599.737	1,7	15.972.120	1,6	14.795.926	1,7
Agronegócio de origem animal	15.011.605	1,6	13.810.246	1,6	15.279.754	1,6	14.291.895	1,6
Automotivo	13.855.848	1,4	12.322.553	1,4	13.988.224	1,4	12.955.178	1,5
Insumos agrícolas	12.078.854	1,3	11.637.687	1,3	12.087.264	1,2	11.716.655	1,3
Instituições e serviços financeiros	11.129.254	1,2	11.933.408	1,4	11.573.988	1,2	12.511.545	1,4
Eletr eletrônico	10.917.901	1,1	9.798.005	1,1	10.932.898	1,1	9.842.819	1,1
Combustíveis	10.414.202	1,1	10.296.060	1,2	10.801.251	1,1	10.829.193	1,2
Atividades específicas da construção	10.539.621	1,1	9.647.623	1,1	10.592.627	1,1	9.857.040	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.082.677	0,9	7.934.975	0,9	9.767.942	1,0	8.583.571	1,0
Químico	9.467.478	1,0	8.493.827	1,0	9.678.146	1,0	9.234.899	1,0
Imobiliário	8.631.524	0,9	6.212.892	0,7	9.673.061	1,0	7.136.047	0,8
Têxtil e confecções	7.865.809	0,8	7.059.904	0,8	7.908.143	0,8	7.101.570	0,8
Madeireiro e moveleiro	5.761.040	0,6	5.202.494	0,6	5.777.525	0,6	5.220.448	0,6
Papel e celulose	4.074.806	0,4	3.863.295	0,4	4.125.946	0,4	3.984.616	0,4
Construção pesada	3.330.853	0,3	2.517.630	0,3	3.820.603	0,4	2.986.726	0,3
Telecomunicações	2.686.932	0,3	2.133.451	0,2	2.774.081	0,3	2.248.711	0,3
Demais atividades	3.345.733	0,4	3.602.310	0,4	3.458.008	0,4	3.658.117	0,4
Total	964.925.057	100,0	877.064.044	100,0	975.349.358	100,0	891.283.323	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo										31/12/2023	31/12/2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações em curso normal												
Parcelas vincendas												
01 a 30	21.237.052	16.638.869	12.980.104	11.097.638	1.292.884	431.119	97.895	122.639	223.919	64.122.119	65.590.882	
31 a 60	18.174.677	4.941.794	5.104.351	4.040.559	428.387	418.342	58.463	57.927	205.447	33.429.947	32.376.024	
61 a 90	15.147.392	4.446.189	4.166.383	3.529.840	374.563	417.276	72.935	165.577	237.659	28.557.814	27.984.508	
91 a 180	61.833.215	10.569.731	9.757.284	8.287.816	1.002.435	1.385.193	216.762	625.962	927.899	94.606.297	89.914.871	
181 a 360	114.764.257	15.589.254	16.661.746	12.669.095	1.574.699	1.508.873	248.230	215.347	1.376.817	164.608.318	144.458.517	
Acima de 360	346.653.883	53.496.011	57.331.381	48.367.427	8.797.174	5.448.632	1.933.012	1.673.191	14.988.059	538.688.770	482.477.019	
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	514.817	73.629	191.889	417.848	82.742	38.020	13.573	6.509	51.415	1.390.442	1.236.918	
Subtotal	578.325.293	105.755.477	106.193.138	88.410.223	13.552.884	9.647.455	2.640.870	2.867.152	18.011.215	925.403.707	844.038.739	
Operações em curso anormal												
Parcelas vincendas												
01 a 30	--	--	66.765	397.255	225.945	146.037	111.254	91.151	409.070	1.447.477	1.816.607	
31 a 60	--	--	28.197	127.659	89.737	68.569	53.098	47.247	187.167	601.674	573.091	
61 a 90	--	--	23.863	113.908	84.521	62.633	52.713	41.342	180.004	558.984	481.337	
91 a 180	--	--	61.697	272.222	222.129	192.003	139.140	111.016	550.193	1.548.400	1.300.745	
181 a 360	--	--	154.985	480.601	412.554	342.811	243.954	222.268	985.209	2.842.382	2.255.134	
Acima de 360	--	--	1.232.644	2.715.046	2.436.145	2.626.219	1.720.401	1.575.024	6.366.239	18.671.718	14.133.933	
Parcelas vencidas												
01 a 14	--	--	13.208	55.662	42.744	37.145	23.475	18.858	87.338	278.430	201.343	
15 a 30	--	--	226.345	277.774	132.136	51.826	48.638	29.418	148.235	914.372	940.802	
31 a 60	--	--	36.187	678.034	257.364	120.967	80.234	62.206	304.940	1.539.932	1.294.398	
61 a 90	--	--	2	47.325	686.759	159.604	110.505	69.261	308.330	1.381.786	1.124.623	
91 a 180	--	--	--	24.313	92.355	722.955	852.370	750.043	1.012.899	3.454.935	3.198.486	
181 a 360	--	--	--	--	10	86.062	162.906	115.923	5.196.452	5.561.353	5.277.586	
Acima de 360	--	--	--	--	--	2.766	4.759	4.239	708.143	719.907	427.220	
Subtotal	--	--	1.843.893	5.189.799	4.682.399	4.619.597	3.603.447	3.137.996	16.444.219	39.521.350	33.025.305	
Total	578.325.293	105.755.477	108.037.031	93.600.022	18.235.283	14.267.052	6.244.317	6.005.148	34.455.434	964.925.057	877.064.044	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado										31/12/2023	31/12/2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações em curso normal												
Parcelas vencidas												
01 a 30	21.124.911	17.791.070	13.963.619	11.098.360	1.293.383	431.250	97.925	122.652	224.465	66.147.635	70.232.531	
31 a 60	18.297.087	5.309.589	5.124.558	4.040.923	428.459	418.376	58.464	57.929	205.473	33.940.858	32.997.620	
61 a 90	15.169.909	4.644.422	4.191.985	3.530.204	374.636	417.314	72.944	165.584	237.711	28.804.709	28.256.028	
91 a 180	61.839.858	10.853.263	9.807.942	8.288.907	1.002.678	1.385.338	216.802	626.020	929.226	94.950.034	90.565.177	
181 a 360	114.838.003	15.809.237	16.789.180	12.671.130	1.575.223	1.509.061	248.308	215.412	1.378.632	165.034.186	145.205.704	
Acima de 360	347.149.047	53.897.347	63.060.243	48.382.961	8.815.037	5.453.925	1.945.029	1.673.598	14.990.474	545.367.661	489.478.907	
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	514.569	74.234	303.811	417.919	82.767	38.038	13.577	6.509	51.421	1.502.845	1.376.466	
Subtotal	578.933.384	108.379.162	113.241.338	88.430.404	13.572.183	9.653.302	2.653.049	2.867.704	18.017.402	935.747.928	858.112.433	
Operações em curso anormal												
Parcelas vencidas												
01 a 30	--	--	66.765	397.255	225.946	146.124	111.253	91.151	409.070	1.447.564	1.816.637	
31 a 60	--	--	28.197	127.659	89.737	68.655	53.098	47.247	187.167	601.760	573.122	
61 a 90	--	--	23.863	113.908	84.521	62.718	52.713	41.342	180.004	559.069	481.367	
91 a 180	--	--	61.697	272.222	222.129	192.259	139.140	111.016	550.193	1.548.656	1.300.824	
181 a 360	--	--	154.985	480.601	412.554	343.314	243.954	222.268	985.209	2.842.885	2.255.178	
Acima de 360	--	--	1.232.644	2.715.046	2.436.145	2.627.279	1.720.401	1.575.024	6.366.239	18.672.778	14.134.047	
Parcelas vencidas												
01 a 14	--	--	13.208	55.662	42.744	37.145	23.475	18.858	87.338	278.430	201.343	
15 a 30	--	--	251.711	278.043	132.297	51.993	48.657	29.430	148.298	940.429	1.012.471	
31 a 60	--	--	36.187	688.523	257.603	121.160	80.303	62.213	304.993	1.550.982	1.315.118	
61 a 90	--	--	2	47.325	701.589	159.853	110.572	69.320	308.376	1.397.037	1.134.347	
91 a 180	--	--	--	24.313	92.355	728.230	861.757	751.105	1.013.441	3.471.201	3.213.316	
181 a 360	--	--	--	--	10	86.062	162.906	115.923	5.203.364	5.568.265	5.277.792	
Acima de 360	--	--	--	--	--	2.766	4.759	4.239	710.610	722.374	455.328	
Subtotal	--	--	1.869.259	5.200.557	4.697.630	4.627.558	3.612.988	3.139.136	16.454.302	39.601.430	33.170.890	
Total	578.933.384	108.379.162	115.110.597	93.630.961	18.269.813	14.280.860	6.266.037	6.006.840	34.471.704	975.349.358	891.283.323	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Banco Múltiplo							
		31/12/2023				31/12/2022			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar 1	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar 1	Total
AA		578.325.293	--	--	--	436.399.915	--	--	--
A	0,5	105.755.477	(528.777)	(40.960)	(569.737)	106.608.756	(533.044)	(49.428)	(582.472)
B	1,0	108.037.031	(1.080.370)	(359.882)	(1.440.252)	171.618.246	(1.716.182)	(736.256)	(2.452.438)
C	3,0	93.600.022	(2.808.001)	(2.621.624)	(5.429.625)	91.129.069	(2.733.872)	(2.432.222)	(5.166.094)
D	10,0	18.235.283	(1.823.528)	(348.134)	(2.171.662)	19.908.361	(1.990.836)	(473.670)	(2.464.506)
E	30,0	14.267.052	(4.280.116)	--	(4.280.116)	10.181.043	(3.054.313)	(199)	(3.054.512)
F	50,0	6.244.317	(3.122.159)	(2)	(3.122.161)	6.608.658	(3.304.329)	(50.590)	(3.354.919)
G	70,0	6.005.148	(4.203.604)	(133.512)	(4.337.116)	3.904.338	(2.733.037)	--	(2.733.037)
H	100,0	34.455.434	(34.455.434)	--	(34.455.434)	30.705.658	(30.705.658)	--	(30.705.658)
Total		964.925.057	(52.301.989)	(3.504.114)	(55.806.103)	877.064.044	(46.771.271)	(3.742.365)	(50.513.636)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Consolidado							
		31/12/2023				31/12/2022			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar 1	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar 1	Total
AA		578.933.384	--	--	--	438.682.871	--	--	--
A	0,5	108.379.162	(541.896)	(41.154)	(583.050)	111.424.928	(557.125)	(49.545)	(606.670)
B	1,0	115.110.597	(1.151.106)	(360.157)	(1.511.263)	178.500.365	(1.785.004)	(736.716)	(2.521.720)
C	3,0	93.630.961	(2.808.929)	(2.621.979)	(5.430.908)	91.171.254	(2.735.138)	(2.432.314)	(5.167.452)
D	10,0	18.269.813	(1.826.981)	(348.134)	(2.175.115)	19.926.696	(1.992.670)	(473.671)	(2.466.341)
E	30,0	14.280.860	(4.284.258)	--	(4.284.258)	10.302.684	(3.090.805)	(199)	(3.091.004)
F	50,0	6.266.037	(3.133.019)	(2)	(3.133.021)	6.614.094	(3.307.047)	(50.590)	(3.357.637)
G	70,0	6.006.840	(4.204.788)	(133.512)	(4.338.300)	3.913.666	(2.739.566)	--	(2.739.566)
H	100,0	34.471.704	(34.471.704)	--	(34.471.704)	30.746.765	(30.746.765)	--	(30.746.765)
Total		975.349.358	(52.422.681)	(3.504.938)	(55.927.619)	891.283.323	(46.954.120)	(3.743.035)	(50.697.155)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	(50.490.045)	(50.513.636)	(44.470.150)	(50.674.952)	(50.697.155)	(44.665.729)
(Constituição)/reversão	(19.502.278)	(32.077.616)	(23.479.272)	(19.576.722)	(32.220.511)	(23.546.750)
Provisão mínima requerida	(19.280.668)	(32.315.867)	(23.528.748)	(19.355.319)	(32.458.608)	(23.597.736)
Provisão complementar ¹	(221.610)	238.251	49.476	(221.403)	238.097	50.986
Variação cambial - provisões no exterior	(3.496)	28.125	47.221	121.687	207.464	92.210
Baixas para prejuízo	14.189.716	26.757.024	17.388.565	14.202.368	26.782.583	17.423.114
Saldo final	(55.806.103)	(55.806.103)	(50.513.636)	(55.927.619)	(55.927.619)	(50.697.155)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano ¹	--	--	184.780	139.655
De 1 a 5 anos	--	--	306.515	273.152
acima de 5 anos	--	--	3.552	1.919
Total a valor presente	--	--	494.847	414.726

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	% da Carteira	31/12/2022	% da Carteira
Maior Devedor	8.548.212	0,9	10.190.482	1,1
10 Maiores devedores	50.993.522	5,2	49.248.817	5,5
20 Maiores devedores	73.938.496	7,6	72.798.377	8,2
50 Maiores devedores	108.233.474	11,1	105.856.445	11,9
100 Maiores devedores	131.541.573	13,5	126.661.450	14,2



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Créditos renegociados no período	57.478.863	106.309.436	83.302.618	57.478.863	106.309.436	83.302.618
Renegociados por atraso ¹	12.000.080	23.189.395	14.650.551	12.000.080	23.189.395	14.650.551
Renovados ²	45.478.783	83.120.041	68.652.067	45.478.783	83.120.041	68.652.067
Movimentação dos créditos renegociados por atraso						
Saldo inicial	34.118.434	32.689.826	28.512.842	34.118.434	32.689.826	28.512.842
Contratações ¹	12.000.080	23.189.395	14.650.551	12.000.080	23.189.395	14.650.551
(Recebimento) e apropriação de juros ³	(4.973.956)	(12.737.477)	(7.149.259)	(4.973.956)	(12.737.477)	(7.149.259)
Baixas para prejuízo	(2.819.237)	(4.816.423)	(3.324.308)	(2.819.237)	(4.816.423)	(3.324.308)
Saldo final ⁴	38.325.321	38.325.321	32.689.826	38.325.321	38.325.321	32.689.826
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		19.435.826	17.619.298		19.435.826	17.619.298
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso		50,7%	53,9%		50,7%	53,9%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		5.649.902	3.459.127		5.649.902	3.459.127
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		14,7%	10,6%		14,7%	10,6%

1 - Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

2 - Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

3 - Inclui, no Exercício/2023, créditos renegociados convertidos em títulos e valores mobiliários, no âmbito de recuperação judicial.

4 - Inclui o valor de R\$ 393 mil (R\$ 1.958 mil em 31/12/2022) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 21.211.031 mil (R\$ 13.604.589 mil em 31/12/2022) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Informações Complementares

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos contratados a liberar	196.287.118	188.245.045	196.313.674	188.489.507
Garantias prestadas ¹	11.707.326	12.490.464	11.462.562	11.775.904
Créditos abertos para importação contratados	989.402	1.012.264	1.013.011	1.047.202
Créditos de exportação confirmados	675.243	621.031	675.243	621.031
Recursos vinculados	3.183.293	295.316	3.183.293	295.316

1 - O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

	TADE ¹	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e direitos creditórios descontados		207	1.505
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	207	1.505
Financiamentos		254.083	336.580
Proger Urbano Investimento	18/2005	240.308	307.479
FAT Taxista	02/2009	13.775	29.101
Financiamentos rurais		192	186
Pronaf Investimento	05/2005	41	22
Pronaf Custeio	04/2005	151	163
Proger Rural Investimento	13/2005	--	1
Total		254.482	338.271

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN nº 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei nº 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei nº 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN nº 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31/12/2023				31/12/2022			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA ²		141.422	--	--	--	611.769	--	--	--
A	0,5	--	--	--	--	11.882	(59)	(15)	(74)
B	1,0	--	--	--	--	8.635	(86)	(65)	(151)
C	3,0	1	--	--	--	6.997	(210)	(256)	(466)
D	10,0	3	--	--	--	233	(23)	(4)	(27)
E	30,0	5	(2)	--	(2)	433	(130)	--	(130)
F	50,0	20	(10)	--	(10)	114	(57)	--	(57)
G	70,0	19	(13)	--	(13)	327	(229)	--	(229)
H	100,0	374	(374)	--	(374)	1.995	(1.995)	--	(1.995)
Total		141.844	(399)	--	(399)	642.385	(2.789)	(340)	(3.129)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

2 - Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Financeiros	94.649.918	94.265.671	94.577.173	93.072.415
Devedores por depósitos em garantia	36.153.206	34.975.776	37.024.098	35.713.450
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	28.254.834	28.876.176	28.254.834	28.986.562
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	11.608.853	11.315.371	11.608.853	11.315.371
Rendas a receber	10.021.656	9.786.343	6.728.644	5.458.198
Títulos e créditos a receber ¹	2.713.910	2.988.819	4.360.473	4.576.765
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.381.724	3.129.805	3.381.724	3.129.805
Demais	2.515.735	3.193.381	3.218.547	3.892.264
Ativo circulante	63.491.482	61.068.678	61.020.202	57.882.675
Ativo não circulante	31.158.436	33.196.993	33.556.971	35.189.740
Não financeiros	29.000.463	33.684.686	29.683.893	34.174.900
Ativos atuariais (Nota 29.e)	23.851.683	28.830.246	23.851.683	28.830.246
Devedores diversos	3.545.981	3.136.680	3.893.504	3.426.316
Mantidos para venda - Recebidos	389.285	542.241	390.260	543.813
Despesas Antecipadas	571.866	529.205	611.913	583.778
Mantidos para venda - Próprios	27.845	38.754	28.417	45.755
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	3.587	4.511	39.371	52.431
Demais	610.216	603.049	868.745	692.561
Ativo circulante	5.068.126	4.757.584	5.619.911	5.177.038
Ativo não circulante	23.932.337	28.927.102	24.063.982	28.997.862

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 485.225 mil (R\$ 446.270 mil em 31/12/2022), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 934.100 mil (R\$ 1.358.911 mil em 31/12/2022).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber	(1.567.375)	(1.567.983)	(1.890.732)	(1.830.569)
Devedores diversos	(710.539)	(739.029)	(710.744)	(739.237)
Rendas a receber	(1.102.050)	(758.027)	(1.102.050)	(758.027)
Demais	(41.823)	(23.475)	(41.824)	(23.475)
Total	(3.421.787)	(3.088.514)	(3.745.350)	(3.351.308)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	(3.164.633)	(3.088.514)	(2.936.741)	(3.459.618)	(3.351.308)	(3.246.817)
(Constituição)/reversão	(254.897)	(361.249)	(148.752)	(289.687)	(430.361)	(203.903)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	--	2.586	4.121	102.596
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(2.257)	27.976	(3.021)	1.369	32.198	(3.184)
Saldo final	(3.421.787)	(3.421.787)	(3.088.514)	(3.745.350)	(3.745.350)	(3.351.308)

d) Carteira de câmbio

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	26.238.256	28.464.575	26.238.256	28.464.575
Direitos sobre vendas de câmbio	32.727.251	26.267.604	32.727.251	26.377.990
Valores em moedas estrangeiras a receber	1.117	1.018	1.117	1.018
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(30.711.790)	(25.857.021)	(30.711.790)	(25.857.021)
Total	28.254.834	28.876.176	28.254.834	28.986.562
Ativo circulante	27.039.931	27.087.296	27.039.931	27.197.682
Ativo não circulante	1.214.903	1.788.880	1.214.903	1.788.880
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	26.923.381	28.313.228	26.923.381	28.345.035
Câmbio vendido a liquidar	32.272.564	26.728.740	32.272.564	26.798.262
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.481	1.401	56.131	62.295
Subtotal (Nota 20.a)	59.197.426	55.043.369	59.252.076	55.205.592
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(24.924.882)	(23.910.738)	(24.924.882)	(23.910.738)
Total	34.272.546	31.132.631	34.327.196	31.294.854
Passivo circulante	19.626.073	28.930.687	19.680.723	29.092.910
Passivo não circulante	14.646.473	2.201.944	14.646.473	2.201.944
Carteira de câmbio líquida	(6.017.712)	(2.256.455)	(6.072.362)	(2.308.292)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.344.852	1.458.847	1.368.461	1.493.785
Créditos de exportação confirmados	675.243	621.031	675.243	621.031

e) Resultado de outros ativos financeiros

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado de operações de câmbio	1.655.633	1.192.227	897.417	3.133.060	2.963.676	1.144.885
Demais	124.671	257.649	453.832	124.670	257.647	453.832
Total	1.780.304	1.449.876	1.351.249	3.257.730	3.221.323	1.598.717



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – Exercício/2023			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			Exercício/2023	Ordinárias	Preferenciais			31/12/2022	Dividendos/JCP	Outros eventos ²		
No país							29.374.268	(10.177.282)	(283.691)	12.456.677	31.369.972	10.922.805
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.586.699	2.238.020	17.703	--	100,00%	9.438.903	(2.082.241)	(7.983)	2.238.020	9.586.699	2.073.006
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	9.217.773	7.916.182	1.325.000	--	67,03%	4.914.650	(3.775.604)	(266.651)	5.305.841	6.178.236	4.119.239
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.816.052	341.081	3.000	--	100,00%	4.798.998	(324.027)	--	341.081	4.816.052	323.853
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.431.402	1.113.033	1.096.653	600.952	50,00%	6.459.314	(375.000)	71.536	556.516	6.712.366	748.562
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	873.991	715.357	3.790	--	100,00%	853.239	(715.357)	20.752	715.357	873.991	666.343
BB Tecnologia e Serviços ⁴	218.635	418.855	91.564	248.458	248.586	99,99%	321.592	--	--	93.366	414.958	78.461
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	927.110	1.233.501	14	--	100,00%	727.543	(1.033.934)	--	1.233.501	927.110	959.286
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.191.207	1.430.505	1.880.782	100.000	--	100,00%	1.385.469	(1.837.508)	1.762	1.880.782	1.430.505	1.868.655
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	33.611	398.158	--	100,00%	24.333	(33.611)	--	33.611	24.333	38.621
Outras participações							450.227	--	(103.107)	58.602	405.722	46.779
No exterior ⁵							6.701.200	(218.306)	(5.204.822)	4.429.521	5.707.593	2.073.348
Banco Patagonia S.A.	4.309	2.873.265	5.626.684	578.117	--	80,39%	3.221.752	(218.306)	(5.216.903)	4.523.257	2.309.800	2.383.563
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.063.308	70.635	211.023	--	100,00%	1.216.880	--	(224.207)	70.635	1.063.308	(5.602)
Banco do Brasil AG	403.143	746.147	(250.927)	638	--	100,00%	1.027.450	--	(30.376)	(250.927)	746.147	(68.451)
BB Securities LLC	27.903	368.020	11.273	5.000	--	100,00%	438.870	--	(82.123)	11.273	368.020	9.961
Banco do Brasil Americas	927.109	1.166.698	227.751	11.086	--	100,00%	650.027	--	288.920	227.751	1.166.698	46.103
BB USA Holding Company	--	721	(77)	--	--	100,00%	857	--	(60)	(77)	720	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							145.364		(92.464)	--	52.900	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	152.391	(152.391)	--	(292.226)
Total das participações em controladas, coligadas e (Provisão para perdas)							36.075.468	(10.395.588)	(5.488.513)	16.886.198	37.077.565	12.996.153
							(34.777)		34	(34.743)		

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 44.586.250 mil (R\$ 44.665.750 mil em 31/12/2022).

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras (Nota 18.d.) no processo de consolidação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – Exercício/2023			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			Exercício/2023	Ordinárias	Preferenciais		31/12/2022	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	31/12/2023	Exercício/2022
Coligadas ³ e controladas em conjunto ⁴												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.431.402	1.113.033	1.096.653	600.952	50,00%	6.459.314	(375.000)	71.536	556.516	6.712.366	748.562
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.036.680	1.271.100	1.878.028	939.014	30,00%	2.865.938	(420.544)	(115.720)	381.330	2.711.004	303.212
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	12.258.804	2.086.055	778.320	--	28,85%	3.156.938	(220.621)	(1.326)	601.858	3.536.849	453.604
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	7.594.274	2.386.549	879	1.759	74,99%	4.813.026	(937.438)	29.944	1.789.793	5.695.325	1.412.968
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.993.711	3.873.298	944.858	1.889.339	74,99%	1.693.724	(2.533.912)	180.586	2.904.586	2.244.984	1.952.382
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	354.398	766.221	268.337	107.989	159.308	66,77%	433.843	(140.142)	38.724	179.162	511.587	120.478
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	2.853.847	1.624.810	173.620	--	49,99%	1.254.088	(706.150)	66.458	812.242	1.426.638	636.980
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.500.831	67.658	1.954.245	--	49,99%	734.280	(12.853)	(4.984)	33.822	750.265	22.231
Outras participações							537.929	(25.522)	(85.704)	65.576	492.279	72.475
Resultado não realizado ⁹							(3.149.056)	--	161.454	--	(2.987.602)	--
Total							18.800.024	(5.372.182)	340.968	7.324.885	21.093.695	5.722.892
(Provisão para perdas)							(8.544)	--	(5.995)	--	(14.539)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,20 %, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

6 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 3.650.321 mil (R\$ 4.078.397 mil em 31/12/2022).

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard. No exercício de 2022 houve a alienação da participação detida no Banco Digio S.A. para a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/12/2023	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.613.530	378.684.860	106.002.209	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Ativos não circulantes	82.242.849	20.251.955	9.096.226	8.317.054	3.347.091	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	94.068.118	55.376.466	99.481.192	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	33.356.859	335.947.924	3.358.439	2.973	--	103.085	--	1.246.101
Passivos contingentes	605.072	23.427	303.436	2.973	--	68.021	366	1.235.341
Lucro líquido – Exercício/2023	1.150.561	2.374.258	2.086.838	1.271.100	3.887.688	1.757.753	67.658	268.337
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(37.528)	12.291	(783)	--	(14.390)	(132.943)	--	--
Lucro líquido ajustado – Exercício/2023	1.113.033	2.386.549	2.086.055	1.271.100	3.873.298	1.624.810	67.658	268.337
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	556.516	1.789.793	601.858	381.330	2.904.586	812.242	33.822	179.162
Outros resultados abrangentes	143.070	852	1.374	--	106.757	--	(9.972)	58.000
Resultado abrangente total	1.256.103	2.387.401	2.087.429	1.271.100	3.980.055	1.624.810	57.686	326.337
Patrimônio líquido	13.431.402	7.612.425	12.258.804	9.036.680	3.358.785	2.985.230	1.500.831	766.221
Ajustes de harmonização de práticas contábeis	--	(18.151)	--	--	(365.074)	(131.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	13.431.402	7.594.274	12.258.804	9.036.680	2.993.711	2.853.847	1.500.831	766.221
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.715.701	5.695.325	3.536.849	2.711.004	2.244.984	1.426.638	750.265	511.587
Resultado não realizado	(3.335)	--	--	(2.451.233)	--	--	(536.369)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2022	Banco Votorantim S.A.	Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	54.495.025	332.103.907	103.862.851	2.174.296	23.362	1.030.474	274.734	7.419.202
Ativos não circulantes	69.247.459	19.536.891	11.155.265	8.554.026	2.720.155	2.235.890	1.388.809	4.072.526
Passivos circulantes	72.906.936	39.358.053	98.946.425	1.175.150	175	461.727	194.688	9.702.087
Passivos não circulantes	37.913.582	305.795.400	5.143.098	--	--	164.576	--	1.140.908
Passivos contingentes	663.938	24.175	2.060.146	12.858	--	87.808	10.255	1.129.821
Lucro líquido – Exercício/2022	1.494.934	1.679.756	1.569.528	1.010.735	2.732.334	1.387.419	44.472	180.391
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	730	(3.063)	--	--	--	(113.205)	--	--
Lucro líquido ajustado – Exercício/2022	1.495.664	1.676.693	1.569.528	1.010.735	2.732.334	1.274.214	44.472	180.391
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	748.562	1.257.352	453.604	303.212	2.048.977	636.980	22.231	120.478
Outros resultados abrangentes	(364.242)	(1.017)	--	--	6.075	--	(3.230)	14.175
Resultado abrangente total	1.131.422	1.675.676	1.569.528	1.010.735	2.738.409	1.274.214	41.242	194.565
Patrimônio líquido	12.921.966	6.487.345	10.928.592	9.553.172	2.743.342	2.640.061	1.468.855	648.733
Ajustes de harmonização de práticas contábeis	--	(68.814)	--	--	(484.742)	(131.384)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.921.966	6.418.531	10.928.592	9.553.172	2.258.600	2.508.677	1.468.855	648.733
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.460.983	4.813.026	3.156.938	2.865.938	1.693.724	1.254.088	734.280	433.843
Resultado não realizado	(1.669)	--	--	(2.567.039)	--	--	(582.017)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 - Imobilizado de uso

	Banco Múltiplo								
		31/12/2022	Exercício/2023			31/12/2023			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Constituição de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.338.402	573.892	(426.609)	(6.629)	9.293.049	(5.805.964)	(8.029)	3.479.056
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.068.798	570.480	(353.510)	--	4.629.509	(2.343.703)	(38)	2.285.768
Equipamentos de processamento de dados	10%	1.600.984	1.424.736	(723.700)	--	6.237.388	(3.935.368)	--	2.302.020
Imobilizações em curso	--	860.745	254.680	--	--	1.115.425	--	--	1.115.425
Terrenos	--	314.244	(1.061)	--	--	313.183	--	--	313.183
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	250.767	72.228	(49.248)	--	776.674	(497.872)	(5.055)	273.747
Instalações	10%	99.083	22.571	(22.280)	--	1.034.400	(935.026)	--	99.374
Veículos	10%	858	614	(388)	--	8.858	(7.774)	--	1.084
Imobilizado em estoque	--	818	(13)	--	--	805	--	--	805
Total		8.534.699	2.918.127	(1.575.735)	(6.629)	23.409.291	(13.525.707)	(13.122)	9.870.462

	Consolidado								
		31/12/2022	Exercício/2023			31/12/2023			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Constituição de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.383.758	548.848	(436.106)	(6.629)	9.330.858	(5.830.642)	(10.345)	3.489.871
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.202.771	749.120	(540.621)	(7.863)	4.841.424	(2.429.994)	(8.023)	2.403.407
Equipamentos de processamento de dados	10%	1.654.856	1.287.756	(579.874)	--	6.374.909	(4.012.171)	--	2.362.738
Imobilizações em curso	--	896.898	219.186	--	--	1.116.084	--	--	1.116.084
Terrenos	--	318.764	(3.309)	--	--	315.455	--	--	315.455
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	259.417	67.871	(51.183)	--	781.578	(500.418)	(5.055)	276.105
Instalações	10%	105.517	23.390	(23.191)	--	1.042.757	(937.041)	--	105.716
Veículos	10%	3.119	(28)	(979)	--	10.214	(8.102)	--	2.112
Imobilizado em estoque	--	818	(13)	--	--	805	--	--	805
Total		8.825.918	2.892.821	(1.631.954)	(14.492)	23.814.084	(13.718.368)	(23.423)	10.072.293



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo				Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Outros ativos intangíveis	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%	Contrato		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2022	7.169.459	3.807.131	--	10.976.590	7.169.459	3.837.724	76.020	7.442	11.090.645
Movimentações									
Adições	779.589	1.520.037	--	2.299.626	779.589	1.529.259	--	--	2.308.848
Variação cambial	--	(3.769)	--	(3.769)	--	(6.842)	(55.861)	(5.933)	(68.636)
Baixas	(257.174)	(43.019)	--	(300.193)	(257.174)	(45.080)	--	--	(302.254)
Amortização	(1.863.981)	(482.048)	--	(2.346.029)	(1.863.981)	(493.322)	(6.902)	--	(2.364.205)
(Constituição)/ reversão de perdas	192.200	(55.819)	--	136.381	192.200	(55.819)	--	--	136.381
Saldos em 31/12/2023	6.020.093	4.742.513	--	10.762.606	6.020.093	4.765.920	13.257	1.509	10.800.779
Valor de custo	9.928.178	8.930.945	38.596	18.897.719	9.928.178	9.032.367	413.940	40.105	19.414.590
Amortização acumulada	(3.635.316)	(4.115.995)	(14.499)	(7.765.810)	(3.635.316)	(4.194.010)	(370.792)	(14.499)	(8.214.617)
Perdas por redução ao valor recuperável	(272.769)	(72.437)	(24.097)	(369.303)	(272.769)	(72.437)	(29.891)	(24.097)	(399.194)
Estimativa de amortização	6.020.093	4.742.513	--	10.762.606	6.020.093	4.765.920	13.257	--	10.799.270
2024	1.864.323	474.251	--	2.338.574	1.864.323	476.592	2.157	--	2.343.072
2025	1.470.303	474.251	--	1.944.554	1.470.303	476.592	2.157	--	1.949.052
2026	1.371.783	474.251	--	1.846.034	1.371.783	476.592	2.157	--	1.850.532
2027	1.081.095	474.251	--	1.555.346	1.081.095	476.592	2.157	--	1.559.844
Após 2027	232.589	2.845.509	--	3.078.098	232.589	2.859.552	4.629	--	3.096.770

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	32,50 %	112,61 %

1 – Crescimento nominal na perpetuidade.

2 – Custo do capital próprio referenciado em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	101.695.288	99.190.849	109.118.616	107.860.381
Pessoas físicas	48.001.363	48.798.924	53.343.821	54.726.166
Pessoas jurídicas	38.925.282	38.806.649	41.080.260	41.753.015
Vinculados ¹	8.376.887	6.842.535	8.433.601	6.974.301
Ligadas	293.465	626.841	279.027	399.495
Governos	4.344.803	2.657.506	4.344.804	2.657.506
Moedas estrangeiras	442.501	373.940	442.501	373.940
Instituições do sistema financeiro	887.400	676.442	779.095	573.841
Especiais do Tesouro Nacional	51.421	89.504	51.421	89.504
Domiciliados no exterior	204.279	147.738	196.199	141.843
Outros	167.887	170.770	167.887	170.770
Depósitos de poupança	206.915.086	213.435.806	206.915.086	213.435.806
Pessoas físicas	198.855.934	205.138.491	198.855.934	205.138.491
Pessoas jurídicas	7.661.137	7.888.637	7.661.137	7.888.637
Ligadas	383.242	393.359	383.242	393.359
Instituições do sistema financeiro	14.773	15.319	14.773	15.319
Depósitos a prazo	478.689.476	409.472.691	495.670.482	431.550.384
Judiciais	272.216.976	213.653.955	272.294.475	213.827.828
Moeda nacional	181.662.633	170.561.047	181.696.742	170.561.047
Moedas estrangeiras	13.876.982	14.890.470	30.746.380	36.794.290
Regime especial ²	6.086.206	5.782.821	6.086.206	5.782.821
Garantias de terceiros ³	2.692.631	2.266.895	2.692.631	2.266.895
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	330.405	459.744	330.405	459.744
Funproger (Nota 17.e)	653.690	565.502	653.690	565.502
Outros	1.169.953	1.292.257	1.169.953	1.292.257
Outros depósitos	239.619	416.476	239.619	416.476
Total	787.539.469	722.515.822	811.943.803	753.263.047
Passivo circulante	627.183.127	563.624.485	650.934.045	593.072.021
Passivo não circulante	160.356.342	158.891.337	161.009.758	160.191.026

1 - Inclui o montante de R\$ 3.364.361 mil (R\$ 2.084.491 mil em 31/12/2022), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução nº 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo						31/12/2023	31/12/2022
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ¹	273.636.205	17.807.611	26.889.318	89.501.082	70.855.260	478.689.476	409.472.691	
Depósitos de poupança	206.915.086	--	--	--	--	206.915.086	213.435.806	
Depósitos à vista	101.695.288	--	--	--	--	101.695.288	99.190.849	
Outros depósitos	239.619	--	--	--	--	239.619	416.476	
Total	582.486.198	17.807.611	26.889.318	89.501.082	70.855.260	787.539.469	722.515.822	

1 - Inclui o valor de R\$ 114.634.355 mil (R\$ 101.050.296 mil em 31/12/2022), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado						31/12/2023	31/12/2022
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ¹	273.636.205	31.560.928	29.463.591	89.983.853	71.025.905	495.670.482	431.550.384	
Depósitos de poupança	206.915.086	--	--	--	--	206.915.086	213.435.806	
Depósitos à vista	109.118.616	--	--	--	--	109.118.616	107.860.381	
Outros depósitos	239.619	--	--	--	--	239.619	416.476	
Total	589.909.526	31.560.928	29.463.591	89.983.853	71.025.905	811.943.803	753.263.047	

1 - Inclui o valor de R\$ 114.634.355 mil (R\$ 101.050.296 mil em 31/12/2022), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Depósitos de poupança	(7.416.584)	(15.304.786)	(15.935.594)	(7.416.584)	(15.304.786)	(15.935.594)
Depósitos a prazo	(19.680.327)	(39.311.939)	(32.520.710)	(26.410.946)	(50.971.662)	(38.240.877)
Judiciais	(11.303.804)	(22.980.045)	(19.395.757)	(11.309.111)	(22.989.849)	(19.403.752)
Demais	(8.376.523)	(16.331.894)	(13.124.953)	(15.101.835)	(27.981.813)	(18.837.125)
Total	(27.096.911)	(54.616.725)	(48.456.304)	(33.827.530)	(66.276.448)	(54.176.471)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução TADE ¹	Devolução de Recursos		31/12/2023			31/12/2022		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Rural e Pronaf				4	75	79	772	104	876
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	3	69	72	5	81	86
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	1	6	7	747	22	769
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	--	--	20	1	21
Proger Urbano				43.930	266.593	310.523	69.203	352.968	422.171
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	43.629	266.353	309.982	68.557	351.394	419.951
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	301	240	541	646	1.574	2.220
Outros				4.029	15.774	19.803	4.971	31.726	36.697
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	4.029	15.774	19.803	4.971	31.726	36.697
Total				47.963	282.442	330.405	74.946	384.798	459.744

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31/12/2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01/01/2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	589.803.028	587.256.553	565.293.587	564.453.599
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	118.471.195	126.040.364	62.038.075	64.386.265
Depósitos interfinanceiros	24.249.941	23.431.548	23.726.731	23.921.286
Obrigações por operações vinculadas a cessão	132.331	161.571	132.331	161.571
Total	732.656.495	736.890.036	651.190.724	652.922.721
Passivo circulante	658.582.771	646.829.144	615.311.496	616.608.090
Passivo não circulante	74.073.724	90.060.892	35.879.228	36.314.631

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria	291.328.264	232.532.806	267.295.119	209.729.852
Letras Financeiras do Tesouro	270.739.667	212.925.699	250.702.691	194.439.807
Títulos privados	7.447.800	10.524.493	7.447.800	10.524.493
Títulos no exterior	7.957.482	9.082.607	3.961.313	4.765.545
Letras do Tesouro Nacional	3.725.483	7	3.725.483	7
Notas do Tesouro Nacional	1.457.832	--	1.457.832	--
Carteira de terceiros	298.474.764	354.723.747	297.998.468	354.723.747
Notas do Tesouro Nacional	273.346.591	247.312.446	272.870.295	247.312.446
Letras do Tesouro Nacional	25.128.173	107.411.301	25.128.173	107.411.301
Total	589.803.028	587.256.553	565.293.587	564.453.599
Passivo circulante	569.771.945	567.116.216	549.258.673	548.630.323
Passivo não circulante	20.031.083	20.140.337	16.034.914	15.823.276

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					31/12/2023	31/12/2022
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto ao Grupo BB	5.838.112	10.208.767	16.330.935	--	--	32.377.814	32.910.406
Tomados junto a banqueiros	3.346.817	10.307.604	4.689.124	1.247.257	--	19.590.802	19.747.625
Importação	184.004	232.653	17.227	9.871	63	443.818	382.413
Exportação	6.473	30.005	--	--	--	36.478	3.286
Total	9.375.406	20.779.029	21.037.286	1.257.128	63	52.448.912	53.043.730
Passivo circulante						30.154.435	18.700.197
Passivo não circulante						22.294.477	34.343.533

	Consolidado					31/12/2023	31/12/2022
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos		
Tomados junto a banqueiros	3.449.925	10.423.270	4.845.971	1.247.257	--	19.966.423	20.009.370
Importação	184.004	232.653	17.227	9.871	63	443.818	382.413
Exportação	6.473	30.005	--	--	--	36.478	3.286
Total	3.640.402	10.685.928	4.863.198	1.257.128	63	20.446.719	20.395.069
Passivo circulante						14.326.330	14.445.189
Passivo não circulante						6.120.389	5.949.880



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tesouro Nacional - Crédito Rural		139.309	132.828	139.309	132.828
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	7.293	6.900	7.293	6.900
Cacau	IGP-M + 8,00% ou TJLP + 0,60% ou TMS 6,35%	108.125	111.388	108.125	111.388
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.842	9.845	9.842
Outros		14.046	4.698	14.046	4.698
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,05% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% IGP-M 6,00% a 6,64% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 2,30%	11.894.921	13.318.066	11.894.921	13.318.066
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	26.978.628	27.332.771	26.978.628	27.332.771
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 2,10% Selic + 1,15% a 2,40% TFBD + 0,95% Tesouro Nacional 8,00%	2.221.148	2.933.975	2.221.148	2.933.975
Outras Instituições Oficiais		357.350	273.557	357.350	273.557
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% e 11,00% Funding 4,00% e 8,00%	357.324	273.530	357.324	273.530
Outros		26	27	26	27
Total		41.591.356	43.991.197	41.591.356	43.991.197
Passivo circulante		30.176.070	32.158.951	30.176.070	32.158.951
Passivo não circulante		11.415.286	11.832.246	11.415.286	11.832.246

Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	24.430.927	29.005.438	--	--
Total	24.430.927	29.005.438	--	--
Passivo circulante	6.533.582	7.776.584	--	--
Passivo não circulante	17.897.345	21.228.854	--	--

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Captações no mercado aberto	(40.495.884)	(81.649.009)	(83.092.896)	(39.445.034)	(79.516.275)	(81.171.148)
Carteira de terceiros	(27.963.373)	(55.249.692)	(61.781.578)	(27.834.422)	(54.965.599)	(60.326.526)
Carteira própria	(12.532.511)	(26.399.317)	(21.311.318)	(11.610.612)	(24.550.676)	(20.844.622)
Depósitos interfinanceiros ¹	(834.345)	(678.236)	(2.434.045)	181.227	1.471.261	(6.286.850)
Obrigações por Empréstimos ¹	(2.234.057)	(13.284)	1.025.950	(1.303.184)	2.035.993	3.336.776
Obrigações por repasses	(2.885.719)	(3.706.175)	(2.932.728)	(1.634.923)	(1.231.132)	(1.172.201)
Do exterior ¹	(1.562.554)	(819.327)	247.136	(311.758)	1.655.716	2.007.663
Caixa Econômica Federal	(877.750)	(1.829.354)	(1.828.662)	(877.750)	(1.829.354)	(1.828.662)
BNDES	(338.900)	(854.887)	(1.132.223)	(338.900)	(854.887)	(1.132.223)
Finame	(51.372)	(94.585)	(125.736)	(51.372)	(94.585)	(125.736)
Tesouro Nacional	(6.013)	(10.564)	(17.651)	(6.013)	(10.564)	(17.651)
Outras	(49.130)	(97.458)	(75.592)	(49.130)	(97.458)	(75.592)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ²	56.700	(930.961)	(1.119.105)	78.237	(1.083.352)	(1.411.805)
Total	(46.393.305)	(86.977.665)	(88.552.824)	(42.123.677)	(78.323.505)	(86.705.228)

1 - As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

2 - Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	236.863.387	166.468.848	245.832.383	174.913.838
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	44.423.924	61.962.671	38.323.924	54.832.126
Total	281.287.311	228.431.519	284.156.307	229.745.964
Passivo circulante	117.993.784	72.843.784	117.993.784	72.864.685
Passivo não circulante	163.293.527	155.587.735	166.162.523	156.881.279

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Banco Múltiplo						236.863.387	166.468.848
Programa "Global Medium – Term Notes" ¹						20.331.168	21.530.405
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	4.939.435	5.318.171
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	307.604	279.647
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	--	3.951.059
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	199.944	160.824
	USD	740.000	4,75%	2019	2024	3.630.032	3.963.523
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	404.600	373.471
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	550.329	516.440
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	627.883	486.600
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.579.794	3.826.343
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.465.089	2.654.327
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.626.458	--
Certificados de depósitos ²						8.309.565	5.967.236
Curto prazo			0 a 6,70%			7.239.820	5.826.764
Longo prazo			0 a 6,57%		2026	1.069.745	140.472
Certificados de operações estruturadas						96.929	38.486
Curto prazo			9,95% a 13,49% do DI		2024	95.610	38.156
Longo prazo			9,81% a 11,83% do DI		2025	1.319	330
Letras de crédito imobiliário			69,00 a 98,00 % do DI TR + 7,7151%			14.760.631	12.197.438
Curto prazo					2024	3.151.480	2.167.110
Longo prazo					2026	11.609.151	10.030.328
Letras de crédito do agronegócio			10,28% a 102,50% do DI Pré 8,88% a 12,92%			183.753.790	122.248.775
Curto prazo					2024	83.106.694	55.703.522
Longo prazo					2026	100.647.096	66.545.253
Letras financeiras			98,25% do DI			9.611.304	4.486.508
Curto prazo					2024	5.104.859	--
Longo prazo					2026	4.506.445	4.486.508
Banco Patagonia			Badlar			--	31.910
Curto prazo	ARS					--	31.910
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						9.009.049	8.434.779
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³							
	USD	200.000	Sofr 3m + 1,46%	2019	2024	165.292	520.283
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	480.527	727.813
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022/2023	2029	3.628.138	2.084.623
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	725.317	784.998
Notas Estruturadas ³							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.454.389	2.641.160
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.555.386	1.675.902
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(40.053)	(21.699)
Total						245.832.383	174.913.838
Passivo circulante						102.880.182	68.540.766
Passivo não circulante						142.952.201	106.373.072

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valores outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						17.602.139	20.535.828
Dívidas Subordinadas no Exterior						--	3.968.953
	USD mil	741.115	5,88%	2012	2023	--	3.968.953
Letras Financeiras Subordinadas						5.399.804	2.453.282
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21.148	21.250
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.421.774	2.432.032
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	214.855	--
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.742.027	--
Bônus Perpétuos						21.421.981	35.004.608
	USD	1.285.950	9,25%	01 e 03/2012	Perpétuo	--	6.853.656
	USD	1.723.600	6,25%	2013	Perpétuo	8.453.290	9.709.989
	BRL	6.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	6.308.379	7.351.980
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo	6.660.312	11.088.983
Total – Banco Múltiplo						44.423.924	61.962.671
Valores eliminados na consolidação						--	(30.545)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(6.100.000)	(7.100.000)
Total Consolidado						38.323.924	54.832.126
Passivo circulante						15.113.602	4.323.919
Passivo não circulante						23.210.322	50.508.207

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 20.074.697 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 29.350.198 mil em 31/12/2022), vide Nota 30.c.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 1.371.338 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18/06/2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Em abril de 2023, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2012. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

(iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11.844.193)	(22.097.027)	(14.987.231)	(12.307.250)	(23.019.207)	(15.513.950)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(9.754.611)	(17.928.559)	(11.731.279)	(9.754.611)	(17.928.559)	(11.731.279)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(762.860)	(1.519.859)	(1.285.629)	(1.225.917)	(2.442.039)	(1.812.348)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(733.445)	(1.393.776)	(1.285.077)	(733.445)	(1.393.776)	(1.285.077)
Letras Financeiras	(591.178)	(1.251.105)	(682.768)	(591.178)	(1.251.105)	(682.768)
Certificados de operações estruturadas	(2.099)	(3.728)	(2.478)	(2.099)	(3.728)	(2.478)
Dívidas subordinadas	(1.122.066)	(2.214.408)	(2.777.839)	(1.034.216)	(2.006.029)	(2.525.859)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(1.122.066)	(2.202.815)	(2.514.400)	(1.034.216)	(1.994.436)	(2.262.420)
Demais	--	(11.593)	(263.439)	--	(11.593)	(263.439)
Total	(12.966.259)	(24.311.435)	(17.765.070)	(13.341.466)	(25.025.236)	(18.039.809)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros passivos financeiros	165.201.154	145.443.248	161.864.745	143.049.849
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	59.197.426	55.043.369	59.252.076	55.205.592
Operações com cartão de crédito/débito	49.899.892	46.245.411	50.252.583	46.760.558
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	42.423.047	34.475.895	42.423.047	34.475.895
Negociação e intermediação de valores	5.124.571	4.323.132	1.380.820	1.252.363
Demais	8.556.218	5.355.441	8.556.219	5.355.441
Passivo circulante	105.481.200	109.515.011	106.580.679	110.390.509
Passivo não circulante	59.719.954	35.928.237	55.284.066	32.659.340
Outros passivos não financeiros	34.533.093	30.452.907	41.961.430	36.652.409
Passivos atuariais (Nota 29.e)	13.586.739	10.895.695	13.586.739	10.895.695
Credores diversos	8.535.121	7.486.016	9.130.795	8.154.449
Obrigações sociais e estatutárias	4.712.983	4.551.829	5.535.437	5.841.534
Comissões a apropriar	--	--	4.687.622	3.548.020
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	4.193.750	3.860.783	4.193.751	3.860.783
Rendas antecipadas	48.993	43.201	1.282.524	682.401
Obrigações por convênios oficiais	1.003.031	984.770	1.003.031	984.770
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	572.003	438.881	586.546	460.206
Demais	1.880.473	2.191.732	1.954.985	2.224.551
Passivo circulante	34.446.839	30.362.676	38.208.211	34.266.174
Passivo não circulante	86.254	90.231	3.753.219	2.386.235

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ¹	31.542.412	24.151.159	31.542.412	24.151.159
Marinha Mercante	5.118.286	5.895.208	5.118.286	5.895.208
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	4.314.441	2.898.220	4.314.441	2.898.220
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.008.722	919.219	1.008.722	919.219
Pasep	76.983	191.804	76.983	191.804
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	176.322	150.672	176.322	150.672
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	88.307	106.752	88.307	106.752
Outros	97.574	162.861	97.574	162.861
Total	42.423.047	34.475.895	42.423.047	34.475.895
Passivo circulante	5.518.086	6.361.626	5.518.086	6.361.626
Passivo não circulante	36.904.961	28.114.269	36.904.961	28.114.269

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 31.122.835 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 419.577 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento ¹	(294.844)	(441.137)	(216.188)	(294.844)	(441.137)	(216.188)
Demais	(505.231)	(1.009.670)	(965.347)	(417.387)	(801.317)	(713.407)
Total	(800.075)	(1.450.807)	(1.181.535)	(712.231)	(1.242.454)	(929.595)

1 - Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei nº 7.827/1989 (Nota 20.b) no montante de R\$ 1.830.036 mil no Exercício/2023 (R\$ 2.375.602 mil no Exercício/2022).



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis, fiscais e trabalhistas	18.471.031	18.131.863	18.725.677	18.372.705
Demandas cíveis	10.786.800	11.918.781	10.925.549	12.015.464
Demandas trabalhistas	6.661.124	5.350.814	6.710.432	5.431.614
Demandas fiscais	1.023.107	862.268	1.089.696	925.627
Outras Provisões	7.398.478	6.736.768	8.022.802	7.345.181
Pagamentos a efetuar	4.910.575	4.547.049	5.533.829	5.146.587
Garantias financeiras prestadas	477.841	404.098	478.049	404.322
Outras	2.010.062	1.785.621	2.010.924	1.794.272
Total	25.869.509	24.868.631	26.748.479	25.717.886

b) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas, propostas por clientes, para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.



As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário nº 1.101.937/SP, que versava sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Em 24/03/2021, considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário do Banco do Brasil. Em 22/06/2021, o recurso foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ admitiu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023, o recurso extraordinário foi autuado sob o nº 1.445.162, encontrando-se pendente de julgamento.



Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas cíveis						
Saldo inicial	11.488.596	11.918.781	11.303.452	11.623.595	12.015.464	11.409.264
Constituição	3.508.963	5.901.100	4.134.542	3.563.168	6.033.531	4.208.206
Reversão da provisão	(792.841)	(1.742.985)	(334.431)	(818.450)	(1.795.377)	(401.229)
Baixa por pagamento	(3.655.934)	(5.788.163)	(3.693.683)	(3.667.717)	(5.807.113)	(3.706.444)
Atualização monetária e variação cambial	238.016	498.067	508.901	224.953	479.044	505.667
Saldo final	10.786.800	10.786.800	11.918.781	10.925.549	10.925.549	12.015.464
Demandas trabalhistas						
Saldo inicial	6.306.304	5.350.814	4.684.907	6.354.995	5.431.614	4.746.919
Constituição	1.602.699	3.980.417	2.359.788	1.617.086	4.006.478	2.396.072
Reversão da provisão	(382.111)	(1.146.544)	(362.533)	(383.174)	(1.161.392)	(379.921)
Baixa por pagamento	(1.157.217)	(2.063.400)	(1.767.186)	(1.163.415)	(2.097.612)	(1.768.070)
Atualização monetária e variação cambial	291.449	539.837	435.838	284.940	531.344	436.614
Saldo final	6.661.124	6.661.124	5.350.814	6.710.432	6.710.432	5.431.614
Demandas fiscais						
Saldo inicial	912.305	862.268	537.780	989.722	925.627	570.356
Constituição	184.218	260.700	656.226	191.967	311.273	695.482
Reversão da provisão	(86.859)	(130.077)	(267.665)	(106.402)	(179.264)	(272.787)
Baixa por pagamento	(44.036)	(82.829)	(131.544)	(44.036)	(83.087)	(131.544)
Atualização monetária e variação cambial	57.479	113.045	67.471	58.445	115.147	64.120
Saldo final	1.023.107	1.023.107	862.268	1.089.696	1.089.696	925.627
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	18.471.031	18.471.031	18.131.863	18.725.677	18.725.677	18.372.705



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.366.937	6.037.079	333.751	10.600.393	6.154.042	398.869
Acima de 5 anos	419.863	624.045	689.356	325.156	556.390	690.827
Total	10.786.800	6.661.124	1.023.107	10.925.549	6.710.432	1.089.696

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Demandas fiscais ¹	15.411.365	15.547.053	16.413.903	16.441.899
Demandas cíveis	2.742.044	2.237.911	3.465.133	2.359.110
Demandas trabalhistas	88.350	98.652	93.262	124.079
Total	18.241.759	17.883.616	19.972.298	18.925.088

1 - As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.405.809 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.990.002 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.315.834 mil.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Demandas Cíveis	19.296.486	19.345.414	19.354.704	19.399.827
Demandas Fiscais	8.893.218	8.190.241	9.660.392	8.804.854
Demandas Trabalhistas	7.953.269	7.391.594	7.979.556	7.421.326
Total	36.142.973	34.927.249	36.994.652	35.626.007



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Garantias financeiras prestadas

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Valores Garantidos	Provisão						
Outras garantias financeiras prestadas ¹	2.451.450	220.227	2.576.478	338.083	2.225.604	220.434	2.097.859	338.307
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	339.288	91.625	448.534	59.656	210.222	91.625	319.468	59.656
Outras fianças bancárias	6.772.278	109.439	7.390.918	5.329	6.878.039	109.440	7.506.944	5.329
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.688.355	478	1.778.892	604	1.688.355	478	1.553.570	604
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	208.234	55.547	143.617	73	208.234	55.547	143.617	73
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	247.721	525	152.025	353	247.721	525	152.025	353
Outros avais	--	--	--	--	4.387	--	2.421	--
Total	11.707.326	477.841	12.490.464	404.098	11.462.562	478.049	11.775.904	404.322

1 - Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN nº 2.682 e nº 2.697, divulgadas em 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

d) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.620.963)	(8.273.836)	(8.002.563)	(4.650.145)	(8.376.741)	(8.079.724)
Cíveis	(2.954.088)	(4.656.458)	(4.284.053)	(2.987.283)	(4.753.155)	(4.310.759)
Trabalhistas	(1.512.037)	(3.373.710)	(2.433.093)	(1.518.852)	(3.376.430)	(2.452.765)
Fiscais	(154.838)	(243.668)	(456.032)	(144.010)	(247.156)	(486.815)
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	--	--	(829.385)	--	--	(829.385)
Outras	(1.129.980)	(1.070.911)	(80.704)	(1.127.581)	(1.068.768)	(80.904)
Garantias financeiras prestadas	(186.422)	(73.714)	210.466	(183.816)	(70.962)	210.983
Outras	(943.558)	(997.197)	(291.170)	(943.765)	(997.806)	(291.887)
Total	(5.750.943)	(9.344.747)	(8.083.267)	(5.777.726)	(9.445.509)	(8.160.628)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores Correntes	(1.531.961)	(1.888.313)	(2.076.573)	(4.830.490)	(7.562.263)	(6.791.893)
IR e CSLL no país	(1.442.081)	(1.754.594)	(2.016.024)	(3.859.023)	(6.296.384)	(6.628.916)
Imposto de renda no exterior	(89.880)	(133.719)	(60.549)	(971.467)	(1.265.879)	(162.977)
Valores diferidos	1.798.347	293.745	(2.753.332)	2.140.760	606.506	(2.590.737)
Passivos fiscais diferidos	292.021	(1.760.588)	(2.603.092)	591.448	(1.478.917)	(2.588.439)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	(14.596)	(26.672)	(11.629)
Marcação a mercado	63.280	235.788	184.452	366.273	525.738	192.530
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(633.832)	(1.521.698)	(1.518.131)	(633.832)	(1.521.698)	(1.518.131)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	--	--	(373.223)	--	--	(373.223)
Lucros do exterior	827.817	--	--	827.817	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	27.965	65.972	(65.972)	27.965	65.972	(65.972)
Créditos recuperados a prazo	6.791	(540.650)	(830.218)	6.791	(540.650)	(830.218)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	--	10.271	20.542	20.542
Outros	--	--	--	759	(2.149)	(2.338)
Ativos fiscais diferidos	1.506.326	2.054.333	(150.240)	1.549.312	2.085.423	(2.298)
Diferenças temporárias	2.656.181	3.226.323	275.917	2.698.459	3.316.714	361.587
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(1.016.730)	(946.245)	(646.790)	(1.016.730)	(946.245)	(646.790)
Marcação a mercado	(149.860)	(242.480)	223.645	(149.152)	(301.781)	285.917
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	16.735	16.735	(3.012)	16.735	16.735	(3.012)
Total	266.386	(1.594.568)	(4.829.905)	(2.689.730)	(6.955.757)	(9.382.630)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos tributos e participações	19.104.067	39.523.196	39.683.197	24.276.752	48.890.594	47.146.290
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(8.596.830)	(17.785.438)	(17.857.439)	(10.924.539)	(22.000.768)	(21.215.831)
Encargos JCP	2.538.042	5.106.081	4.335.904	2.538.042	5.106.081	4.335.904
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	4.225.525	7.664.212	5.983.014	1.730.453	3.303.352	2.573.252
Participação de empregados no lucro	985.063	1.930.469	1.770.207	986.002	1.933.791	1.773.126
Outros valores ¹	1.114.586	1.490.108	938.409	2.980.312	4.701.787	3.150.919
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	266.386	(1.594.568)	(4.829.905)	(2.689.730)	(6.955.757)	(9.382.630)

1 - Referem-se principalmente às receitas não tributáveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO, bem como ao diferencial de alíquotas entre as empresas consolidadas.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Cofins	(2.023.975)	(3.819.834)	(3.233.031)	(2.538.673)	(4.817.264)	(4.135.485)
ISSQN	(563.327)	(1.055.515)	(951.929)	(774.207)	(1.451.599)	(1.300.394)
PIS/Pasep	(328.980)	(620.888)	(525.508)	(431.709)	(819.927)	(705.133)
Outras	(80.226)	(173.737)	(170.760)	(863.969)	(1.515.786)	(921.802)
Total	(2.996.508)	(5.669.974)	(4.881.228)	(4.608.558)	(8.604.576)	(7.062.814)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.071.159	10.166.060	8.071.159	10.166.060
Créditos recuperados a prazo	2.133.166	1.592.516	2.133.166	1.592.516
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	588.563	1.348.279	690.683	1.418.926
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Operações em mercados de liquidação futura	--	73.122	--	73.122
Ajuste da carteira de leasing	--	--	63.160	36.487
Dependências no exterior	32.977	24.722	109.461	56.290
Outros	92.818	60.993	106.949	72.331
Total dos passivos fiscais diferidos	11.052.827	13.399.836	11.308.722	13.549.876
Imposto de Renda	5.841.142	6.968.777	6.006.301	7.065.408
Contribuição Social	4.664.772	5.566.863	4.742.304	5.610.598
Cofins	470.043	742.975	481.276	751.196
PIS/Pasep	76.870	121.221	78.841	122.674

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2022	Exercício/2023		31/12/2023
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	50.157.390	24.238.394	(19.762.226)	54.633.558
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	30.707.785	16.267.213	(13.185.138)	33.789.860
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	588.780	85.730	(3.420)	671.090
Provisões passivas - outras	14.697.348	5.787.855	(5.501.253)	14.983.950
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	959.100	1.191.606	--	2.150.706
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.648.055	358.236	(651.307)	1.354.984
Outras provisões	1.556.322	547.754	(421.108)	1.682.968
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.939.160	1.418.418	(2.364.663)	1.992.915
Total dos ativos fiscais diferidos	53.733.088	25.656.812	(22.126.889)	57.263.011
Imposto de Renda	29.784.288	14.321.651	(12.274.099)	31.831.840
Contribuição Social	23.791.077	11.297.801	(9.788.851)	25.300.027
Cofins	135.676	32.138	(55.001)	112.813
PIS/Pasep	22.047	5.222	(8.938)	18.331

	Consolidado			
	31/12/2022	Exercício/2023		31/12/2023
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	51.666.288	24.939.140	(20.272.095)	56.333.333
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	30.823.904	16.292.834	(13.185.805)	33.930.933
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	611.107	107.804	(23.251)	695.660
Provisões passivas - outras	14.764.413	5.817.541	(5.521.124)	15.060.830
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	959.100	1.191.606	--	2.150.706
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.793.835	596.103	(860.673)	1.529.265
Outras provisões	2.713.929	933.252	(681.242)	2.965.939
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.991.198	1.429.876	(2.376.806)	2.044.268
Total dos ativos fiscais diferidos	55.294.024	26.369.016	(22.648.901)	59.014.139
Imposto de Renda	30.934.123	14.726.734	(12.583.664)	33.077.193
Contribuição Social	24.141.931	11.511.064	(9.954.688)	25.698.307
Cofins	185.677	109.774	(94.169)	201.282
PIS/Pasep	32.293	21.444	(16.380)	37.357



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos tributários no exterior	1.012.129	1.317.072	1.012.129	1.317.072
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	23.441	22.744
Diferenças temporárias	--	--	4.578	3.864
Total dos créditos tributários	1.012.129	1.317.072	1.040.148	1.343.680
Imposto de Renda	562.294	731.707	582.896	751.272
Contribuição Social	449.835	585.365	457.252	592.408

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2023, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2024	18.793.702	17.655.975	19.261.693	17.872.667
Em 2025	19.339.857	17.499.235	19.703.697	17.603.024
Em 2026	8.133.665	4.373.404	8.372.942	4.481.233
Em 2027	7.784.607	4.286.752	8.018.169	4.386.000
Em 2028	2.717.525	2.569.730	2.797.283	2.600.421
Em 2029	390.888	1.736.091	422.944	1.752.373
Em 2030	44.997	1.706.490	68.023	1.718.894
Em 2031	18.787	644.300	20.550	645.091
Em 2032	11.503	7.587	13.076	8.268
Em 2033	27.480	17.325	335.762	150.456
Total de créditos tributários em 31/12/2023	57.263.011	50.496.889	59.014.139	51.218.427

No Exercício/2023, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 22.126.889 mil (R\$ 22.648.901 mil no Consolidado), correspondente a 139,91% da respectiva projeção de utilização para o período de 2023, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2022.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2023, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2024	46%	32%	46%	32%
Em 2025	21%	34%	21%	34%
Em 2026	0%	15%	0%	15%
A partir de 2027	33%	19%	33%	19%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	163.638.226	153.839.319
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	57,34	53,91
Valor de mercado por ação (R\$)	55,39	34,73
Patrimônio líquido consolidado	173.076.086	164.028.843

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31/12/2022) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento de Capital Social no exercício/2023, no valor de R\$ 29.999.977 mil, decorreu da utilização da Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2023 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 19/06/2023.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 27/07/2023, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à segunda parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 29/06/2023.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de capital	1.406.118	1.402.523	1.407.902	1.404.253
Reservas de lucros	61.526.683	70.510.416	61.154.159	70.142.173
Reserva legal	13.458.379	11.777.636	13.458.379	11.777.636
Reservas estatutárias	48.068.304	58.732.780	47.695.780	58.364.537
Margem operacional	42.244.223	51.578.722	41.708.123	51.047.561
Equalização de remuneração do capital	5.824.081	7.154.058	5.987.657	7.316.976

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido (R\$ mil)	17.170.495	33.614.852	30.897.625
Número médio ponderado de ações (básico)	2.854.196.131	2.853.992.740	2.853.771.411
Número médio ponderado de ações (diluído) ¹	2.853.776.040	2.853.732.099	2.853.548.964
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	6,02	11,78	10,83

¹ - A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m), sendo respectivamente 420.091, 260.641 e 222.447 em cada um dos períodos apresentados.

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2023	Exercício/2022
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	33.614.852	30.796.870
No País	27.210.960	27.254.246
No Exterior	6.403.892	3.542.624
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	430.645	9.964
(-) Reserva legal	(1.680.743)	(1.539.843)
2) Lucro Líquido Ajustado	32.364.754	29.266.991
3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	208.380	251.980
4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3)	32.573.134	29.518.971
5) Destinações		
Dividendos e juros sobre o capital próprio – Payout	13.029.253	11.807.588
Dividendo mínimo obrigatório	8.091.188	7.316.748
Dividendo adicional	3.236.038	3.045.539
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos ¹	1.702.027	1.445.301
Reservas estatutárias	29.522.112	26.385.851
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(10.186.611)	(8.926.448)

1 - Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
2º Trimestre				
Dividendos	410.149	0,144	21/08/2023	30/08/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	966.378	0,339	12/06/2023	30/06/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.868.239	0,655	21/08/2023	30/08/2023
3º Trimestre				
Dividendos	291.053	0,102	21/11/2023	30/11/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	953.724	0,334	11/09/2023	29/09/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.958.324	0,686	21/11/2023	30/11/2023
4º Trimestre				
Dividendos	630.167	0,221	21/02/2024	29/02/2024
Juros sobre o capital próprio ¹	976.866	0,342	11/12/2023	28/12/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.751.180	0,614	21/02/2024	29/02/2024
Total destinado aos acionistas	13.029.253	4,566		
Dividendos	1.682.406	0,590		
Juros sobre o capital próprio ¹	11.346.847	3,976		

1 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2022	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	443.296	0,155	23/05/2022	31/05/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	601.008	0,211	14/03/2022	31/03/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.477.370	0,518	23/05/2022	31/05/2022
2º Trimestre				
Dividendos	571.257	0,200	22/08/2022	31/08/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	714.210	0,250	13/06/2022	30/06/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.628.481	0,571	22/08/2022	31/08/2022
3º Trimestre				
Dividendos	485.698	0,170	21/11/2022	30/11/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	781.128	0,274	12/09/2022	30/09/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.810.537	0,634	21/11/2022	30/11/2022
4º Trimestre				
Dividendos	671.995	0,235	23/02/2023	03/03/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	985.986	0,346	12/12/2022	29/12/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.636.622	0,574	23/02/2023	03/03/2023
Total destinado aos acionistas	11.807.588	4,138		
Dividendos	2.172.246	0,760		
Juros sobre o capital próprio ¹	9.635.342	3,378		

1 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido			Patrimônio líquido	
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Múltiplo	17.170.495	33.614.852	30.897.625	163.638.226	153.839.319
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	87.851	208.380	251.980	6.100.000	7.100.000
Resultado não realizado ²	(264)	(4.281)	(37.363)	(372.524)	(368.243)
Participação de não controladores	--	--	--	3.710.384	3.457.767
Consolidado	17.258.082	33.818.951	31.112.242	173.076.086	164.028.843

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil		
Títulos Disponíveis para Venda	(1.823.731)	(2.421.726)
Hedge de investimentos no exterior	44.415	9.322
Varição cambial de investimentos no exterior	(9.206.145)	(3.769.512)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(7.794.000)	(1.846.077)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos Disponíveis para Venda	202.343	(170.063)
Hedge de fluxo de caixa	(35.446)	46.187
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	861	374
Varição de participação no capital de coligadas/controladas	(289.363)	56.297
Outros resultados abrangentes	(127.038)	(129.363)
Total	(19.028.104)	(8.224.561)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido			Patrimônio líquido	
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	31/12/2023	31/12/2022
BB Tecnologia e Serviços	3	12	10	55	42
Fundos de Investimento	6.913	18.836	13.446	107.329	180.246
Banco Patagonia S.A.	705.603	1.103.426	581.459	563.465	785.931
BB Seguridade S.A.	1.409.777	2.665.585	2.087.975	3.039.535	2.491.548
Participação dos não controladores	2.122.296	3.787.859	2.682.890	3.710.384	3.457.767

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	102.208.674	3,6	131.948.214	4,6
Ações em tesouraria ¹	11.640.980	0,4	11.830.375	0,4
Outros acionistas	1.318.858.824	46,0	1.288.929.889	45,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.112.869.944	73,7	2.198.566.514	76,7
Residentes no exterior	752.547.076	26,3	666.850.506	23,3

1 - Inclui, em 31/12/2023, 50.250 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (49.614 em 31/12/2022).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31/12/2023	31/12/2022
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	1.000	3.988
Diretoria Executiva (Inclui o Presidente do Banco)	93.425	128.355
Conselho Fiscal	10.839	1.000
Comitê de Auditoria	2.404	2.012

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	% Total	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.745.751	49,6	1.420.591.910	49,6
Outras movimentações ¹	227.313		153.841	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	1.420.973.064	49,6	1.420.745.751	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Total						
Ações em tesouraria	11.590.730	100,0	11.780.761	100,0	11.640.980	100,0	11.830.375	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	69,7	8.075.350	68,6	8.075.350	69,4	8.075.350	68,3
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.145.476	27,1	3.348.867	28,4	3.145.476	27,0	3.348.867	28,3
Programa de Remuneração Variável	369.841	3,2	356.481	3,0	420.091	3,6	406.095	3,4
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(266.471)		(270.840)		(268.255)		(272.570)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 23.844 mil no exercício/2023 (R\$ 21.875 mil no exercício/2022).

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir ¹	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	122.752	32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				32.509	
Programa 2020					
BB Asset	15.998	46,07	12.801	3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				3.197	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	96.381	32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				65.618	
Programa 2020					
BB Asset	29.585	29,65	17.757	5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				11.828	
Programa 2021					
Banco do Brasil	193.027	33,52	77.272	38.585	03/2024
				38.585	03/2025
				38.585	03/2026
Total de ações a distribuir				115.755	
Programa 2021					
BB Asset	28.302	33,52	11.325	5.659	03/2024
				5.659	03/2025
				5.659	03/2026
Total de ações a distribuir				16.977	
Programa 2022					
Banco do Brasil	176.642	39,16	35.398	35.311	03/2024
				35.311	03/2025
				35.311	03/2026
				35.311	03/2027
Total de ações a distribuir				141.244	
Programa 2022					
BB Asset	22.824	39,16	4.576	4.562	03/2024
				4.562	03/2025
				4.562	03/2026
				4.562	03/2027
Total de ações a distribuir				18.248	

1 - Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Administração de fundos	2.544.718	5.014.898	5.052.826	4.212.890	8.304.211	8.337.201
Conta corrente	3.331.547	6.532.140	6.383.675	3.332.196	6.533.485	6.385.226
Comissões de seguros, previdência e capitalização	181.281	368.327	339.759	2.794.665	5.382.152	5.056.072
Rendas de cartões	1.083.808	2.121.877	2.026.693	1.353.644	2.645.406	2.416.127
Operações de crédito e garantias prestadas	1.370.524	2.559.337	2.270.396	1.370.360	2.559.619	2.269.295
Taxas de Administração de Consórcios	--	--	--	1.333.712	2.512.631	1.965.600
Cobrança	627.308	1.323.516	1.434.685	653.609	1.383.128	1.513.526
Arrecadações	508.115	1.030.888	1.061.887	493.378	1.000.394	1.018.927
Rendas do mercado de capitais	76.117	149.691	146.852	410.635	607.857	665.392
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	163.092	332.905	359.063	163.092	332.905	359.063
Interbancária	77.239	154.555	150.144	77.239	154.555	150.144
Outras	743.066	1.477.502	1.310.849	1.218.149	2.414.855	2.196.600
Total	10.706.815	21.065.636	20.536.829	17.413.569	33.831.198	32.333.173

1 - Inclui o montante de R\$ 34.082 mil no 2º Semestre/2023 e R\$ 64.272 mil do Exercício/2023 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 55.406 mil no Exercício/2022).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Proventos	(5.268.704)	(10.399.505)	(9.843.278)	(6.005.691)	(11.964.981)	(11.180.457)
Benefícios	(1.818.757)	(3.558.113)	(3.358.902)	(1.919.209)	(3.749.811)	(3.526.630)
Encargos sociais	(1.756.440)	(3.387.386)	(3.210.184)	(1.920.333)	(3.715.692)	(3.510.193)
Provisões administrativas de pessoal	(1.160.152)	(2.480.762)	(2.316.412)	(1.267.748)	(2.594.787)	(2.324.896)
Previdência complementar	(538.398)	(975.137)	(891.166)	(546.663)	(991.156)	(903.775)
Honorários de diretores e conselheiros	(23.094)	(44.381)	(37.471)	(33.354)	(63.723)	(54.827)
Treinamento	(27.885)	(46.015)	(61.393)	(35.698)	(57.733)	(69.252)
Total	(10.593.430)	(20.891.299)	(19.718.806)	(11.728.696)	(23.137.883)	(21.570.030)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Amortização	(1.189.434)	(2.352.931)	(1.348.900)	(1.194.779)	(2.364.205)	(1.361.750)
Depreciação	(805.694)	(1.575.735)	(1.419.843)	(836.560)	(1.631.954)	(1.471.348)
Aluguéis	(714.712)	(1.406.479)	(1.357.578)	(751.461)	(1.474.149)	(1.429.655)
Serviços de vigilância e segurança	(658.675)	(1.300.596)	(1.198.964)	(678.450)	(1.338.942)	(1.235.264)
Processamento de dados	(867.678)	(1.614.104)	(1.102.303)	(613.195)	(1.050.385)	(670.752)
Serviços de terceiros	(553.625)	(1.084.089)	(1.091.199)	(501.406)	(988.680)	(1.016.778)
Manutenção e conservação de bens	(573.020)	(1.157.306)	(1.055.209)	(401.781)	(787.688)	(751.796)
Serviços do sistema financeiro	(283.701)	(623.860)	(844.962)	(334.424)	(724.715)	(947.281)
Transporte	(316.913)	(606.414)	(595.983)	(349.779)	(668.939)	(651.000)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(309.379)	(602.351)	(574.056)	(309.379)	(602.351)	(574.056)
Serviços técnicos especializados	(246.932)	(418.229)	(305.816)	(320.733)	(543.468)	(396.124)
Comunicações	(239.932)	(470.676)	(434.861)	(268.287)	(528.887)	(487.630)
Propaganda e publicidade	(271.647)	(474.695)	(458.516)	(296.120)	(510.355)	(481.450)
Água, energia e gás	(235.609)	(474.280)	(480.665)	(243.205)	(489.035)	(494.943)
Promoções e relações públicas	(129.240)	(226.451)	(157.402)	(162.168)	(271.238)	(179.360)
Viagem no país	(50.997)	(86.521)	(56.454)	(66.422)	(116.128)	(78.367)
Material	(9.178)	(18.231)	(27.623)	(18.454)	(36.287)	(40.457)
Outras	(269.391)	(589.412)	(647.551)	(383.273)	(735.234)	(698.019)
Total	(7.725.757)	(15.082.360)	(13.157.885)	(7.729.876)	(14.862.640)	(12.966.030)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Atualização de ativo atuarial	1.155.300	2.949.618	2.951.466	1.155.300	2.949.618	2.951.466
Atualização de depósitos em garantia	1.246.476	2.586.678	3.292.015	1.246.476	2.606.285	3.292.032
Recuperação de encargos e despesas	1.290.118	2.357.799	2.621.895	1.015.492	1.807.881	2.086.793
Operações com cartões	790.686	988.041	843.086	922.007	1.145.401	941.459
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	383.357	954.017	1.182.683	383.357	954.017	1.182.683
Clube de Benefícios BB	210.959	403.310	391.733	210.959	403.310	391.733
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	164.302	321.813	338.511
Atualização de impostos a compensar	127.159	245.153	174.012	127.159	245.153	174.012
Reversão de provisões - outras	18.073	31.822	558.888	65.696	114.672	658.745
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	50.369	114.491	136.968	50.369	114.491	136.968
Rendas de títulos e créditos a receber	16.939	47.140	139.565	16.939	47.140	139.564
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	27.348	41.785	51.126	27.348	41.785	51.126
Dividendos recebidos	41.274	232.621	106.149	--	766	1.147
Outras	283.693	495.315	407.905	413.892	724.345	563.376
Total	5.641.751	11.447.790	12.857.491	5.799.296	11.476.677	12.909.615

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Operações com cartões	(1.022.288)	(2.104.614)	(2.102.033)	(1.141.945)	(2.322.028)	(2.280.098)
Serviços de terceiros	(646.639)	(1.283.166)	(1.146.260)	(802.498)	(1.560.960)	(1.348.558)
Descontos concedidos em renegociação	(658.549)	(1.318.845)	(1.144.226)	(658.549)	(1.318.845)	(1.144.226)
Bônus de relacionamento negocial	(680.962)	(1.313.975)	(1.724.520)	(680.962)	(1.313.975)	(1.724.520)
Atualização das obrigações atuariais	(660.174)	(1.292.032)	(1.211.318)	(660.174)	(1.292.032)	(1.211.318)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	(376.537)	(853.617)	(793.317)
Convênio INSS	(264.452)	(512.619)	(472.846)	(264.452)	(512.619)	(472.846)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(247.931)	(424.365)	(294.194)	(247.931)	(424.365)	(294.194)
Autoatendimento	(199.114)	(402.671)	(401.642)	(199.114)	(402.671)	(401.642)
Falhas/fraudes e outras perdas	(215.558)	(342.669)	(265.352)	(254.768)	(390.530)	(281.322)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(160.983)	(313.603)	(324.519)	(160.983)	(313.603)	(324.519)
Perda por redução ao valor recuperável	(63.549)	(63.549)	--	(71.567)	(71.567)	(51)
Outras despesas de provisões operacionais	(2.115)	(3.746)	(1.795)	(30.268)	(40.723)	(44.424)
Outras	(1.657.429)	(2.940.202)	(1.959.956)	(1.587.416)	(2.834.374)	(2.127.204)
Total	(6.479.743)	(12.316.056)	(11.048.661)	(7.137.164)	(13.651.909)	(12.448.239)



28 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Benefícios de curto prazo	27.412	51.435	52.004
Honorários e encargos sociais	17.848	31.866	30.754
Diretoria Executiva	17.566	31.443	30.666
Conselho de Administração	282	423	88
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	6.524	13.503	14.093
Outros ¹	3.040	6.066	7.157
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.446	3.503	52
Remuneração baseada em ações	--	8.595	7.523
Total	28.858	63.533	59.579

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 2º Semestre/2023, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 468.229 mil no Banco Múltiplo e R\$ 191.188 mil no Consolidado. No Exercício/2023, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 918.063 mil no Banco Múltiplo (R\$ 931.256 mil no Exercício/2022) e R\$ 361.500 mil no Consolidado (R\$ 384.294 mil no Exercício/2022). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2023, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.650.000 mil (de até R\$ 1.176.794 mil em 2022).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 2.524 mil no 2º Semestre/2023 e R\$ 85.119 mil no Exercício/2023 (R\$ 118.849 mil no Exercício/2022).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2023	Exercício/2022
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	9.426.648	4.881.162



d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	62.021.880	14.311.122	5.744	8.666.762	87.224.312
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	61.369.168	2.264.354	--	2.024.499	65.658.021
Títulos e valores mobiliários	--	5.886	172.092	--	750.192	928.170
Carteira de crédito ¹	--	330.997	11.052.095	5.744	5.598.011	16.986.847
Outros ativos ²	2.218.804	315.829	822.581	--	294.060	3.651.274
Passivos	11.328.301	86.967.143	14.295.350	24.240	64.201.350	176.816.384
Recursos de clientes	3.335.799	831.058	476.907	1.574	17.437.737	22.083.075
Recursos de instituições financeiras	139.308	81.057.750	100.039	--	45.220.590	126.517.687
Outros passivos ³	7.853.194	5.078.335	13.718.404	22.666	1.543.023	28.215.622
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	520.404	5.000.023	--	30.864	5.844.331
Demonstração do Resultado						2º Semestre/2023
Receitas da intermediação financeira	2.233.701	2.913.421	614.508	339	356.281	6.118.250
Despesas da intermediação financeira	(178.488)	(3.451.617)	(17.982)	(1.214)	(1.978.920)	(5.628.221)
Receitas de prestação de serviços	72.502	21.159	301.375	--	365.442	760.478
Outras receitas	11.002	318.363	328.560	--	6.107	664.032
Outras despesas	(586.876)	(921.405)	(363.933)	--	(1.189.258)	(3.061.472)
Demonstração do Resultado						Exercício/2023
Receitas da intermediação financeira	5.016.441	5.859.883	1.320.155	700	595.817	12.792.996
Despesas da intermediação financeira	(397.515)	(6.954.830)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(11.474.191)
Receitas de prestação de serviços	134.801	43.384	581.039	--	721.262	1.480.486
Outras receitas	29.295	788.524	614.307	--	17.216	1.449.342
Outras despesas	(1.073.172)	(1.852.407)	(757.683)	--	(1.474.015)	(5.157.277)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 9 mil no 2º Semestre/2023 (R\$ 4 mil de reforço de provisão no Exercício/2023).

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2022
Ativos	2.580.362	71.768.915	9.110.806	6.147	6.287.333	89.753.563
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	70.550.424	998.676	--	2.901.626	74.450.726
Títulos e valores mobiliários	--	282.719	185.472	--	497.293	965.484
Carteira de crédito ¹	--	454.894	7.412.659	6.147	2.587.860	10.461.560
Outros ativos ²	2.580.362	480.878	513.999	--	300.554	3.875.793
Passivos	11.734.916	90.627.464	14.257.944	25.875	57.931.685	174.577.884
Recursos de clientes	2.739.273	1.216.992	570.117	1.741	11.074.351	15.602.474
Recursos de instituições financeiras	132.828	84.718.800	100.043	--	45.689.386	130.641.057
Outros passivos ³	8.862.815	4.691.672	13.587.784	24.134	1.167.948	28.334.353
Garantias recebidas	--	--	20	--	--	20
Garantias prestadas e outras coobrigações	344.592	1.262.053	5.004.909	--	33.985	6.645.539
Demonstração do Resultado	Exercício/2022					
Receitas da intermediação financeira	5.744.487	5.085.178	703.639	810	535.249	12.069.363
Despesas da intermediação financeira	(404.906)	(6.081.672)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(10.616.256)
Receitas de prestação de serviços	150.514	58.558	536.585	--	716.515	1.462.172
Outras receitas	113.535	652.097	637.416	--	17.229	1.420.277
Outras despesas	(973.196)	(1.400.630)	(1.321.216)	--	(795.860)	(4.490.902)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 39 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 8 mil no Exercício/2022.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	14.639.113	5.744	8.672.109	25.535.770
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	2.264.354	--	2.024.499	4.288.853
Títulos e valores mobiliários	--	172.092	--	750.827	922.919
Carteira de crédito ¹	--	11.052.095	5.744	5.598.011	16.655.850
Outros ativos ²	2.218.804	1.150.572	--	298.772	3.668.148
Passivos	5.232.256	18.923.689	24.240	64.201.350	88.381.535
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039	--	45.220.590	45.459.937
Outros passivos ³	1.753.194	18.346.743	22.666	1.543.023	21.665.626
Garantias prestadas e outras obrigações	293.040	5.000.023	--	30.864	5.323.927
Demonstração do Resultado	2º Semestre/2023				
Receitas da intermediação financeira	2.233.701	837.253	339	356.281	3.427.574
Despesas da intermediação financeira	(90.638)	(17.982)	(1.214)	(1.978.920)	(2.088.754)
Receitas de prestação de serviços	76.027	3.338.865	6	385.897	3.800.795
Outras receitas	11.002	452.891	--	6.107	470.000
Outras despesas	(586.876)	(363.933)	--	(1.189.451)	(2.140.260)
Demonstração do Resultado	Exercício/2023				
Receitas da intermediação financeira	5.016.441	1.781.577	700	596.808	7.395.526
Despesas da intermediação financeira	(189.136)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(4.310.982)
Receitas de prestação de serviços	141.352	6.346.319	45	761.627	7.249.343
Outras receitas	29.295	862.970	--	17.216	909.481
Outras despesas	(1.073.172)	(761.973)	--	(1.474.574)	(3.309.719)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 9 mil no 2º Semestre/2023 (R\$ 4 mil de reforço de provisão no Exercício/2023).

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2022
Ativos	2.580.362	12.902.253	6.147	6.299.651	21.788.413
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	998.676	--	2.901.626	3.900.302
Títulos e valores mobiliários	--	3.694.921	--	498.019	4.192.940
Carteira de crédito ¹	--	7.412.659	6.147	2.587.860	10.006.666
Outros ativos ²	2.580.362	795.997	--	312.146	3.688.505
Passivos	4.642.909	17.773.448	25.875	57.931.685	80.373.917
Recursos de clientes	2.747.266	570.117	1.741	11.074.351	14.393.475
Recursos de instituições financeiras	132.828	100.043	--	45.689.386	45.922.257
Outros passivos ³	1.762.815	17.103.288	24.134	1.167.948	20.058.185
Garantias recebidas	--	20	--	--	20
Garantias prestadas e outras obrigações	344.592	5.004.909	--	33.985	5.383.486
Demonstração do Resultado	Exercício/2022				
Receitas da intermediação financeira	5.744.487	1.141.864	810	541.636	7.428.797
Despesas da intermediação financeira	(152.927)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(4.282.605)
Receitas de prestação de serviços	165.872	6.011.385	14	750.321	6.927.592
Outras receitas	113.535	881.363	--	17.229	1.012.127
Outras despesas	(973.196)	(1.384.821)	--	(797.182)	(3.155.199)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 39 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 8 mil no Exercício/2022.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



29 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus - Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep - Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2023			31/12/2022		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.633	122.428	210.061	87.342	123.024	210.366
Plano de Benefícios 1 - Previ	3.111	99.991	103.102	3.500	100.458	103.958
Plano Previ Futuro	74.259	4.123	78.382	73.413	3.680	77.093
Plano Informal	--	1.916	1.916	--	2.045	2.045
Outros Planos	10.263	16.398	26.661	10.429	16.841	27.270
Planos de Assistência Médica	89.336	106.502	195.838	89.007	107.329	196.336
Cassi	80.681	101.054	181.735	80.236	101.619	181.855
Outros Planos	8.655	5.448	14.103	8.771	5.710	14.481



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.139.129	2.099.626	1.968.892
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	354.115	660.535	638.270
Plano Previ Futuro	555.475	1.011.300	914.262
Plano Informal	70.441	134.995	140.985
Outros Planos	159.098	292.796	275.375
Planos de Assistência Médica	1.136.462	2.147.840	2.001.926
Cassi	1.006.653	1.908.758	1.804.709
Outros Planos	129.809	239.082	197.217
Total	2.275.591	4.247.466	3.970.818

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 972.899 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.075.329 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Planos de Aposentadoria e Pensão	440.876	1.634.233	1.757.884
Plano de Benefícios 1 - Previ	1.123.091	2.880.308	2.869.928
Plano Previ Futuro	(555.475)	(1.011.300)	(914.262)
Plano Informal	(53.033)	(107.170)	(104.157)
Outros Planos	(73.707)	(127.605)	(93.625)
Planos de Assistência Médica	(1.215.577)	(2.342.250)	(2.176.829)
Cassi	(1.098.477)	(2.120.045)	(1.989.431)
Outros Planos	(117.100)	(222.205)	(187.398)
Total	(774.701)	(708.017)	(418.945)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2023 e 31/12/2022.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
Custo de juros	(16.592.450)	(15.969.282)	(81.290)	(84.665)	(1.054.064)	(989.853)	(981.052)	(948.961)
Custo do serviço corrente	(45.096)	(68.644)	--	--	(83.398)	(79.866)	(3.671)	(4.578)
Custo do serviço passado	--	--	(25.880)	(19.492)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.101.165	15.311.473	134.995	140.986	926.175	884.995	916.460	865.173
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(28.921.336)	12.404.472	(91.617)	57.025	(1.892.492)	588.273	(1.587.747)	710.971
Ajuste de experiência	(1.197.402)	(4.970.461)	637	(7.543)	(189.334)	(335.656)	(55.461)	(268.829)
Alterações premissas biométricas/demográficas	38	--	--	--	1.411	--	284	17.932
Alterações premissas financeiras	(27.723.972)	17.374.933	(92.254)	64.568	(1.704.569)	923.929	(1.532.570)	961.868
Saldo final	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(170.184.420)	(140.726.703)	--	--	--	--	(8.065.338)	(7.476.638)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.943.281)	(875.971)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ¹	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710
Receita de juros	22.398.163	21.777.783	--	--	--	--	867.019	873.990
Contribuições recebidas	1.321.070	1.276.540	134.995	140.986	926.175	884.995	482.664	459.151
Participantes	660.535	638.270	--	--	--	--	185.238	173.101
Empregador	660.535	638.270	134.995	140.986	926.175	884.995	297.426	286.050
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.101.165)	(15.311.473)	(134.995)	(140.986)	(926.175)	(884.995)	(916.460)	(865.173)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	12.069.130	(3.074.650)	--	--	--	--	155.477	(582.040)
Saldo final	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1) Valor justo dos ativos do plano	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638
2) Valor presente das obrigações atuariais	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	47.041.811	56.812.330	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.943.281)	(875.971)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	23.520.905	28.406.165	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.527.327)	(910.551)

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Sem/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Sem/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Sem/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Custo do serviço corrente	(11.712)	(22.548)	(34.322)	--	--	--	(42.674)	(83.398)	(79.865)	(1.022)	(1.835)	(2.290)
Custo dos juros	(4.203.278)	(8.296.225)	(7.984.642)	(39.203)	(81.291)	(84.665)	(538.463)	(1.054.063)	(989.853)	(270.374)	(542.034)	(525.258)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	5.338.081	11.199.081	10.888.892	--	--	--	--	--	--	208.363	432.118	435.673
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(13.830)	(25.879)	(19.492)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(517.340)	(982.584)	(919.713)	(129.793)	(241.712)	(191.800)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.019	3.653	2.652
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.123.091	2.880.308	2.869.928	(53.033)	(107.170)	(104.157)	(1.098.477)	(2.120.045)	(1.989.431)	(190.807)	(349.810)	(281.023)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(789.156)	(3.235.552)	(105.295)	(136.659)	(638.989)	(962.540)	(312.637)	(364.321)
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.426.102)	4.664.911	(91.617)	57.026	(1.892.492)	588.273	(802.450)	94.999
Efeitos fiscais	4.007.243	(2.218.515)	41.228	(25.662)	851.621	(264.722)	364.646	(43.315)
Saldo final	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,78	16.141.448	15.936.021	15.716.242	315.652.441	363.446.152
Plano Informal (Previ)	5,80	131.715	118.312	106.241	944.209	1.300.477
Plano de Associados (Cassi)	9,73	1.018.377	998.880	983.732	24.992.325	27.993.314
Regulamento Geral (Economus)	8,63	707.531	705.626	700.035	13.757.286	15.870.478
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10,59	3.640	3.824	4.023	137.472	148.959
Plus I e II (Economus)	12,22	47.316	49.251	51.147	2.485.951	2.633.665
Grupo B' (Economus)	7,53	24.618	24.307	23.959	361.348	434.232
Prevmás (Economus)	9,79	32.889	32.852	32.848	857.375	955.964
Multifuturo I (Fusesc)	9,73	8.669	8.684	8.697	223.329	249.379
Plano I (Fusesc)	7,33	52.549	51.445	50.240	711.857	866.091
Plano BEP (Prevbep)	9,09	8.013	7.966	7.913	171.864	195.756

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Renda fixa	127.077.345	115.877.631	7.276.657	6.582.918
Renda variável ¹	70.598.525	64.138.045	294.801	389.605
Investimentos imobiliários	12.142.946	10.765.877	221.915	221.068
Empréstimos e financiamentos	5.669.605	5.215.030	156.858	151.513
Outros	1.737.810	1.542.450	115.107	131.534
Total	217.226.231	197.539.033	8.065.338	7.476.638
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.384.173	6.894.112	--	43.050
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.390.248	1.264.250	35.153	31.239

1 - No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.586.966 mil (R\$ 6.432.248 mil em 31/12/2022), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de inflação (a.a.)	3,55%	3,45%	3,57%	3,58%	3,55%	3,42%	3,55%	3,45%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,81%	8,94%	6,64%	8,79%	6,86%	8,98%	6,80%	8,94%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,60%	12,70%	--	--	--	--	10,59%	12,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,67%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / AT-83 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,81%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor apurado - Previ	222.368.862	210.312.946	(208.014.404)	(205.701.047)	14.354.458	4.611.899
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(5.142.631)	(12.773.913)	--	--	(5.142.631)	(12.773.913)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	37.829.984	64.974.344	37.829.984	64.974.344
Valor apurado - Banco	217.226.231	197.539.033	(170.184.420)	(140.726.703)	47.041.811	56.812.330

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2023.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(3.504.675)	3.644.230	2.882.631	(2.933.490)	6.428	(6.409)
Plano Informal (Previ)	(11.110)	11.437	23.930	(23.667)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(211.965)	221.049	149.512	(151.193)	766	(749)
Regulamento Geral (Economus)	(156.865)	162.833	136.848	(140.621)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.621)	1.686	(1.904)	1.944	--	--
Plus I e II (Economus)	(23.035)	24.253	26.373	(25.634)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.375)	4.522	5.618	(5.786)	--	--
Prevmias (Economus)	(8.977)	9.368	2.370	(2.339)	1.154	(1.145)
Multifuturo I (Fusesc)	(3.162)	3.207	1.162	(1.192)	761	(866)
Plano I (Fusesc)	(8.116)	8.382	10.462	(10.583)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.944)	2.023	1.366	(1.411)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Plano 1 (Previ)	23.520.905	28.406.165	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(815.963)	(752.171)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.912.671)	(8.808.892)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(816.905)	(565.077)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	7.928	9.576	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(802.397)	(563.390)
Grupo B' (Economus)	--	--	(238.803)	(206.165)
Prevmais (Economus)	133.637	147.230	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	69.919	119.869	--	--
Plano I (Fusesc)	96.072	115.868	--	--
Plano BEP (Prevbep)	23.222	31.538	--	--
Total	23.851.683	28.830.246	(13.586.739)	(10.895.695)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Fundo de Utilização ¹			
Saldo inicial	11.579.611	11.315.371	10.795.343
Contribuição ao Plano 1	(354.115)	(660.535)	(638.270)
Atualização	383.357	954.017	1.158.298
Saldo final	11.608.853	11.608.853	11.315.371

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação e avaliação dos riscos que resulta no conjunto corporativo de riscos relevantes, realizado a partir de metodologia que considera insumos externos, tais como diretrizes regulatórias, preocupações relevantes da indústria financeira mundial e benchmark com outras instituições. Como insumos internos, são avaliados os riscos incorridos pelas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB), os fatores de risco divulgados no Formulário de Referência (FR), os riscos identificados pelos gestores, em primeira linha, e os direcionadores estratégicos.

Os riscos identificados têm sua classificação de relevância definida com base em critérios quantitativos e qualitativos, resultando nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de estratégia;
- b) Risco social, ambiental e climático;
- c) Risco de crédito
- d) Risco atuarial;
- e) Risco de taxa de juros da carteira bancária;
- f) Risco de mercado;
- g) Risco de liquidez;
- h) Risco de contágio;
- i) Risco operacional;
- j) Risco de reputação.

O Banco revisa periodicamente o Conjunto Corporativo dos Riscos Relevantes. Para os riscos relevantes, são estabelecidas etapas da implementação de estrutura e processos de gestão, com as atividades mínimas a serem consideradas para tratamento dos riscos.

O processo de identificação e avaliação da relevância dos riscos foi aprimorado, permanece com a participação da 1ª primeira linha de defesa nas discussões da avaliação qualitativa dos riscos. A participação dos gestores específicos aprimora o processo de avaliação dos riscos, permitindo capturar as percepções dos envolvidos e disseminar a cultura de gestão de riscos.

A metodologia de 2023 foi aprimorada com a elaboração de escalas específicas para a relevância do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e Risco de Reputação, em função da natureza transversal desses riscos. Além de revisão das categorias do Risco de Crédito.

No Banco, a gestão dos riscos e do capital é realizada de forma segregada das unidades de negócio e de auditoria interna. A política específica de Gestão de Riscos e de Capital é aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/12/2023		31/12/2022		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos								
Disponibilidades	17.327.745	17.327.745	18.310.546	18.310.546	--	--	--	--
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	101.805.900	101.805.900	95.119.085	95.119.085	--	--	--	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez	432.160.990	432.160.990	415.873.438	415.810.825	--	(62.613)	--	(62.613)
Títulos e valores mobiliários	466.994.273	466.828.048	428.447.097	427.873.052	(2.436.344)	(3.592.373)	(166.225)	(574.045)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(2.270.119)	(3.018.328)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(166.225)	(574.045)	(166.225)	(574.045)
Instrumentos financeiros derivativos	1.973.686	1.973.686	1.638.069	1.638.069	--	--	--	--
Carteira de crédito	975.349.358	968.308.823	891.283.323	866.903.805	(7.040.535)	(24.379.518)	(7.040.535)	(24.379.518)
Outros ativos financeiros	94.577.173	94.577.173	93.072.415	93.072.415	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	811.943.803	811.903.547	753.263.047	753.309.420	40.256	(46.373)	40.256	(46.373)
Recursos de instituições financeiras	651.190.724	651.460.774	652.922.721	654.686.121	(270.050)	(1.763.400)	(270.050)	(1.763.400)
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	284.156.307	284.156.307	229.745.964	229.745.964	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.509.742	2.509.742	3.045.463	3.045.463	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	161.864.745	161.864.745	143.049.849	143.049.849	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado (a) sem Efeitos Fiscais					(9.706.673)	(29.844.277)	(7.436.554)	(26.825.949)

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais instrumentos financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	418.062.241	355.949.157	59.591.364	2.521.720
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.396.937	--	2.396.937	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	12.045.093	7.619.623	4.399.477	25.993
Instrumentos financeiros derivativos	1.973.686	--	1.973.686	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	401.596.859	348.329.534	50.821.264	2.446.061
Operações de crédito	49.666	--	--	49.666
Passivos	(4.600.102)	--	(4.600.102)	--
Captação com hedge	(2.090.360)	--	(2.090.360)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(2.509.742)	--	(2.509.742)	--

	31/12/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	384.458.400	321.957.089	59.737.711	2.763.600
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.563.590	--	2.563.590	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	10.330.260	2.550.400	7.676.720	103.140
Instrumentos financeiros derivativos	1.638.069	--	1.638.069	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	369.880.437	319.406.689	47.859.332	2.614.416
Operações de crédito	46.044	--	--	46.044
Passivos	(4.862.444)	--	(4.862.444)	--
Captação com hedge	(1.816.981)	--	(1.816.981)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.045.463)	--	(3.045.463)	--



Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

Fatores de risco / Exposição	31/12/2023			31/12/2022		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(36.529)	(95.707)	(212.816)	(4)	(16)	(50)
Cupons de taxas de juros	(11.872)	(259)	(518)	(2.321)	(455)	(910)
Cupons de índices de preços	(306.701)	(391.514)	(740.582)	(418.639)	(604.520)	(1.134.951)
Cupons de moedas estrangeiras	(158.376)	(189.337)	(398.177)	(13.819)	(15.175)	(29.809)
Total	(513.478)	(676.817)	(1.352.093)	(434.783)	(620.166)	(1.165.720)

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2023			31/12/2022		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)	(8.159.424)	(25.235.622)	(47.994.780)
Cupons de taxas de juros	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)	(6.412.350)	(22.980.508)	(49.931.838)
Cupons de índices de preços	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)	(545.442)	(719.616)	(1.364.325)
Cupons de moedas estrangeiras	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)	(2.909.671)	(679.352)	(1.385.770)
Total	(27.415.359)	(52.666.942)	(105.279.064)	(18.026.887)	(49.615.098)	(100.676.713)

b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas comerciais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia comercial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA	VIGILÂNCIA	
Apetite ²	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA	VIGILÂNCIA		
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA	VIGILÂNCIA		

¹nível de capital desejado pela Instituição

²nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos



A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.



c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 6.100.000 mil (R\$ 7.100.000 mil até junho/2023), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2023	31/12/2022
PR - Patrimônio de Referência	174.033.091	178.688.546
Nível I	156.430.952	158.152.718
Capital Principal (CP)	136.356.255	128.802.520
Patrimônio líquido	163.827.386	153.962.689
Instrumento elegível a Capital Principal	6.100.000	7.100.000
Ajustes Prudenciais	(33.571.131)	(32.260.169)
Capital Complementar	20.074.697	29.350.198
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	14.886.697	27.001.598
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	5.188.000	2.348.600
Nível II	17.602.139	20.535.828
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	17.602.139	20.535.828
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores a Basileia III	17.602.139	20.535.828
Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	17.602.139	20.535.828
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.124.754.293	1.072.894.044
Risco de Crédito (RWACPAD)	938.286.509	917.091.564
Risco de Mercado (RWAMPAD)	28.285.378	26.975.097
Risco Operacional (RWAOPAD)	158.182.406	128.827.383
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	89.980.343	85.831.524
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	84.052.748	92.857.022
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,91%	14,74%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	12,12%	12,01%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	15,47%	16,65%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2023, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 60% (70% em 2022) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(12.962.189)	(15.548.609)
Ativos intangíveis	(10.787.014)	(11.066.608)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(4.687.150)	(116.376)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(2.663.255)	(3.598.043)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.345.383)	(1.692.539)
Participação de não controladores ²	(121.206)	(223.666)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(2.870)	(1.968)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(2.064)	(12.360)
Total	(33.571.131)	(32.260.169)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



d) Limite de imobilização e margem

	31/12/2023	31/12/2022
Situação do limite de imobilização	16,36%	15,88%
Margem em relação ao limite de imobilização	58.550.324	60.960.991

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2023
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	12,12%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,91%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,47%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,36%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31/12/2023, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, o Banco procedeu à devolução da segunda parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2023, remanescendo o saldo de R\$ 6,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	Exercício/2023
Resultado recorrente	33.818.951
Resultado não recorrente	--

	Exercício/2022
Resultado recorrente	31.915.318
Resultado não recorrente	(803.076)
Provisão para demandas judiciais decorrentes de planos econômicos	(2.367.659)
Alienação de investimento - Banco Digio S.A.	337.850
Reorganização societária - CIP	240.189
Alienação de Investimento - MerchantE	83.712
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes	902.832



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Administrado	1.216	1.143	1.516.914.893	1.416.807.121
Fundos de investimentos	1.210	1.137	1.497.980.573	1.398.984.878
Carteiras administradas	6	6	18.934.320	17.822.243

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Grupo BB	72.558.303	82.647.271	71.868.934	80.594.853
Terceiros	78.461.205	93.042.046	111.917.209	136.472.646
TOTAL DO ATIVO	151.019.508	175.689.317	183.786.143	217.067.499
Passivo				
Grupo BB	31.268.014	40.400.793	30.624.208	39.629.950
Terceiros	107.201.060	124.535.644	134.761.363	159.781.772
Patrimônio líquido	12.550.434	10.752.880	18.400.572	17.655.777
Atribuível à controladora	12.550.434	10.752.880	17.837.107	16.869.846
Participação dos não controladores	--	--	563.465	785.931
Total do passivo	151.019.508	175.689.317	183.786.143	217.067.499

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido	1.094.426	1.833.251	1.185.637	4.644.677	7.507.319	4.122.709
Atribuível à controladora	1.094.426	1.833.251	1.185.637	3.939.074	6.403.893	3.541.250
Participações dos não controladores	--	--	--	705.603	1.103.426	581.459

c) Recursos de consórcios

	31/12/2023	31/12/2022
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	999.808	851.923
Obrigações do grupo por contribuições	67.323.125	49.842.022
Consoiciados - bens a contemplar	63.290.816	46.722.221
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	434	370
Quantidade de consorciados ativos	1.851.352	1.723.698
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	222.102	176.369

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	142.833	283.124	275.760



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	2º Semestre/2023		Exercício/2023		Exercício/2022	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	218	26.836	218	52.207	213	48.812
Outros órgãos/entidades	8	3.183	8	6.281	8	5.617
Sem ônus para o Banco²						
Governos Federal, Estadual e Municipal	204	--	204	--	171	--
Órgãos externos (Cassí, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	532	--	532	--	554	--
Entidades dos funcionários	68	--	68	--	70	--
Entidades controladas e coligadas	776	--	776	--	660	--
Total	1.806	30.019	1.806	58.488	1.676	54.429

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 2º Semestre/2023, o Banco foi ressarcido em R\$ 321.017 mil, e no Exercício/2023, em R\$ 618.628 mil (R\$ 551.499 mil no Exercício/2022), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/12/2023	31/12/2022
Menor Salário	3.788,13	3.622,23
Maior Salário	63.382,12	60.606,35
Salário Médio	10.921,12	9.670,39
Valor médio dos benefícios oferecidos	4.568,34	4.223,26
Presidente	74.972,23	68.781,86
Vice-presidente	67.105,66	61.564,83
Diretor	56.873,42	52.177,45
Comitê de Auditoria - Titular	51.186,08	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	51.186,08	46.959,71
Conselho Fiscal	6.523,02	5.984,42
Conselho de Administração	6.523,02	5.984,42

Foram contratados 2.290 funcionários no Exercício/2023 (3.717 no Exercício/2022).

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/12/2023

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	654.789	6.610
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	131.950	333
Demais	535	--
Total	787.274	6.943

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



g) Emissão de social bond pelo Banco do Brasil

Em 11/01/2022, o Banco do Brasil S.A. informou em Comunicado ao Mercado que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06/01/2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo social bond, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11/01/2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11/01/2022. Este foi o primeiro social bond emitido pelo Banco do Brasil.

A emissão aconteceu no escopo do Framework de Finanças Sustentáveis do Banco que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os Social Bond Principles 2021 da International Capital Market Association (ICMA), e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

h) Conflitos no leste europeu e oriente médio

O Banco do Brasil e suas subsidiárias, no Brasil e no exterior, não possuem exposição direta aos conflitos haja vista as regiões não ser áreas de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos países envolvidos. Inevitavelmente, o impacto das guerras na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos em nossos Demonstrativos Contábeis. O Banco continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

i) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01/01/2025.



33– Eventos subsequentes

a) Desdobramento das ações do Banco do Brasil (BBAS3)

Em 02/02/2024, a Assembleia Geral Extraordinária do Banco do Brasil aprovou o desdobramento (split) de 100% das ações do BB (BBAS3), atribuindo-se, dessa forma, 01 (uma) nova ação para cada ação emitida.

A alteração estatutária decorrente do split está sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil. O Banco manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre a data-base na qual as ações passarão a ser negociadas já considerando o desdobramento.

b) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição de até a totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”) e Elo Participações Ltda. (“Elo Participações”) na Cielo, para até 49,99%.

Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba” e, em conjunto com BB Elo, “Acionistas Controladores” da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo Elopár, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livelô S.A., qualificados em conjunto como “Ofertantes” para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria. O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35.

A Elo Participações contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas (“Banco do Brasil”), identificadas como BB Banco Múltiplo e BB Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco do Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.g), 4.b) e 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de crédito; (b) entendimento e teste do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.m), 4.h) e 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "massificado" e "individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujos valores individuais não sejam considerados relevantes, e que foi desenvolvido internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.k), 4.g) e 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 7 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

*Documento original assinado.



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Segundo semestre de 2023

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno, assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2023, aprovado pelo CA do Banco do Brasil em 08/12/2022, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.



Original assinado.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 31/12/2023, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2024.

Egidio Otmar Ames
(Coordenador)

Aramis Sá de Andrade

Marcelo Gasparino Da Silva

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Original assinado.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2023.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2024.

Dario Carnevalli Durigan

Elisa Vieira Leonel

Kelly Tatiane Martins Quirino

Marcelo Gasparino da Silva

Paulo Roberto Simão Bijos

Robert Juenemann

Tarciana Paula Gomes Medeiros



Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2024.

Bernard Appy
Conselheiro

Fernando Florêncio Campos
Conselheiro

Gileno Gurjão Barreto
Conselheiro

Tatiana Rosito
Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto
Presidente



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Original assinado.

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Dario Carnevalli Durigan
Elisa Vieira Leonel
Kelly Tatiane Martins Quirino
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo Roberto Simão Bijos
Robert Juenemann
Tarciana Paula Gomes Medeiros

CONSELHO FISCAL

Bernard Appy
Fernando Florêncio Campos
Gileno Gurjão Barreto
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00